

# Movimento

Revista da União Nacional dos Estudantes - UNE Nº 20-novembro/2008



## Um novo capítulo

Pela segunda vez na história, a UNE recebe a visita de um presidente da República. Lula assinou, em solenidade na Praia do Flamengo, projeto de lei que indeniza a entidade pela ação violenta da ditadura, que incendiou e depois demoliu sua sede. O ato marcou, também, o lançamento da Caravana da Saúde.

O Pré-Sal é Nosso!  
Petróleo e soberania

A Reforma Universitária  
da UNE em debate

Crise: Entrevista  
com Emir Sader

**Você tem ouvido  
muitas coisas  
sobre a Petrobras  
nos últimos tempos.  
Mas agora você  
vai saber pela  
própria Petrobras.**

**Bem-vindo a uma nova era.**



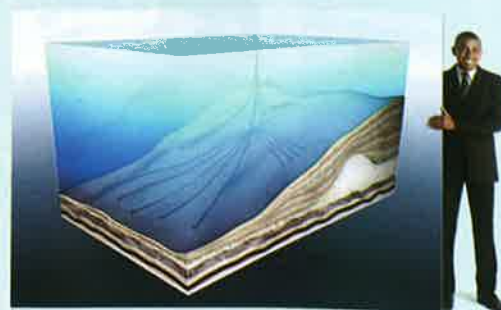
O DESAFIO É A NOSSA ENERGIA

Ministério de  
Minas e Energia



## A camada pré-sal.

A recente descoberta de uma acumulação gigante de óleo e gás no litoral do Sudeste inaugura uma nova era na história do petróleo no Brasil. Os volumes recuperáveis na área de Tupi estão estimados entre 5 e 8 bilhões de barris de óleo equivalente (petróleo e gás associado) e representam um potencial de crescimento significativo para as nossas reservas atuais. É uma grande conquista na exploração de petróleo e gás. Conquista que, somada a outras, confirma o otimismo cada vez maior com os nossos resultados.



## Uma nova era de descobertas.

Para enfrentar os desafios dessa nova era, a Petrobras vai usar toda a sua tecnologia de empresa líder na exploração e produção em águas profundas. Até o final do ano, a Petrobras inicia, em caráter experimental, as suas operações na área do pré-sal.

## Investimento e crescimento.

A estrutura marítima e fluvial da empresa também vai aumentar, com a compra de novos navios de apoio, sondas de perfuração e plataformas. O último trecho do Gasoduto Sudeste-Nordeste já está em construção, com uma rede que vai interligar e melhorar o fornecimento de energia no país. E as pesquisas em torno de biocombustíveis e fontes alternativas já são uma realidade, com três novas usinas de biodiesel.



## Estamos prontos.

Vamos escrever mais um capítulo de sucesso na história do Brasil. Um capítulo onde teremos ainda mais destaque perante os produtores de petróleo do mundo inteiro. E para conquistar esse sucesso, só mesmo uma empresa brasileira, feita por brasileiros, como a Petrobras.

## Editorial

**05.** Memória e Perspectiva



## Entrevista

**06.** Economia Mundial vai ralo abaixo  
Entrevista com Emir Sader

## Brasil

**10.** Pré-sal - A Riqueza submersa do Brasil

**14.** Raposa Serra do Sol: Soberania e Direitos Indígenas



## Internacional

**18.** As Eleições para Presidente dos EUA

**22.** 8º FSM: Por um admirável mundo novo

## Universidade

**24.** Uma Nova Universidade, para um Novo Brasil

**28.** A Desnacionalização da Educação Brasileira



## Movimento Estudantil

**32.** Sede da UNE - Celebração da democracia

**35.** Luta pela Paridade

**36.** Caravana da Saúde



## Cultura

**38.** 6ª Bienal da UNE em Salvador

**40.** Dorival Caymmi - Um Baiano Universal

**42.** Não Precisa de Saudade - 50 Anos da Bossa Nova

**Sede nacional da UNE**

Rua Vergueiro, 2485 – Vila Mariana – São Paulo – SP CEP: 04101-200 - Fone/fax: (11) 5574-7145  
Praia do Flamengo, 132 - Rio de Janeiro - RJ

**Sítio na Internet: [www.une.org.br](http://www.une.org.br)**

A UNE é adepta do copyleft. Todas as matérias aqui publicadas podem ser livremente reproduzidas, desde que citada a fonte.



## Expediente

A revista **Movimento** é uma publicação da União Nacional dos Estudantes, produzida com recursos da carteira de identificação estudantil.

### Diretoria Executiva

#### Presidente

Lucia Stumpf

#### Vice-Presidente

Tales de Castro

#### 1º Vice-Presidente

Bruno de Oliveira Elias

#### 2º Vice-Presidente

Riden Alburquerque

#### Secretário-Geral

Ubiratan Cassano

#### Tesoureiro Geral

Harlen Oliveira

#### 1º Tesoureiro

Gabriel Alves

#### Diretor de Comunicação

Rafael Chagas

#### 1ª Diretora de Comunicação

Luana Bonone

#### Diretor de Assintência Estudantil

Ronaldo Pinto Junior

#### Diretora de Políticas Educacionais

Camila Marcarini

#### 1º Diretor de Políticas Educacionais

Orlando Lindório

#### Diretor de Univ. Particulares

Débora Pereira

#### Diretora de Univ. Públicas

Flávia Calé

#### Diretor de Cultura

Rafael Simões

#### Diretor de Relações Internacionais

Alcides dos Anjos Leitão (Jesus)

#### Diretor de Movimentos Sociais

Juliano Medeiros

### Edição

**Edição:** Renata Mielli;

**Textos:** Renata Mielli, Daniele Moraes; Sandra Cruz; Priscilla Lobregatte.

**Direção de Arte:** Vandrê Fernandes (Circus);

**Ilustrações:** Daniel Lopes (Circus)

**Foto de capa:** Ricardo Stuckert/PR

### Tiragem:

40 mil exemplares

## EDITORIAL

# Memória e Perspectiva

Esta edição de *Movimento* é lançada em um momento especial para o movimento estudantil brasileiro. Uma janela temporal une passado e futuro em nossas ações. Ao mesmo tempo em que resgatamos uma memória de luta e resistência, que não pode jamais ser esquecida, construímos marcos históricos que dão nova perspectiva à luta dos estudantes e da juventude. A começar por uma conquista de grande significado que é o reconhecimento pelo Estado brasileiro de sua responsabilidade na destruição da sede da UNE no período da ditadura militar. Em ato realizado na Praia do Flamengo, o presidente Lula assinou o Projeto de Lei que prevê uma indenização à UNE pelo incêndio da sede provocado pelos militares. Uma atitude de reparação histórica e demonstração de que avança a democracia no Brasil. Também celebramos a coragem daqueles bravos que não curvaram ante ao autoritarismo, lembrando outros capítulos da perseguição dos militares ao movimento estudantil, como a prisão de centenas de estudantes, há 40 anos, no Congresso da UNE de Ibiúna: os assassinatos de lideranças em todo o Brasil, que homenageamos no nome de Honestino Guimarães, presidente da UNE morto pela ditadura.

Toda essa repressão contra a UNE não se deu à toa e, também, não é à toa que hoje ela receba esse reconhecimento. O pano de fundo dessas ações é o protagonismo do movimento estudantil na luta pela soberania do nosso País. No passado, erguemos a bandeira do Petróleo é Nosso!. No presente, reerguemos a bandeira da luta para que o petróleo descoberto nas áreas profundas do Pré-Sal seja patrimônio do povo brasileiro e seus recursos investidos na educação.

Em diversas ocasiões, como na década de 60, a UNE formulou idéias para transformar a Universidade. Hoje, novamente, tomamos nas mãos a responsabilidade de construir o Projeto de Reforma Universitária dos estudantes, bebendo das experiências de décadas de discussão e deixando para as próximas gerações debates que deverão direcionar a ação dos estudantes rumo a um Ensino Superior mais democrático e conectado com os desafios de nossa nação.

A integração latino-americana tem vida nas ações estudantis, com o fortalecimento da Organização Continental Latino-Americana e Caribenha dos Estudantes – Oclae, a realização no Brasil da I Trienal de Arte da América Latina e, também, na participação dos estudantes brasileiros em todas as edições do Fórum Social Mundial.

Lutamos contra a mercantilização da educação e a tentativa do capital especulativo em desnacionalizar o ensino nas nações soberanas, em negociatas que a UNE tem denunciado com determinação.

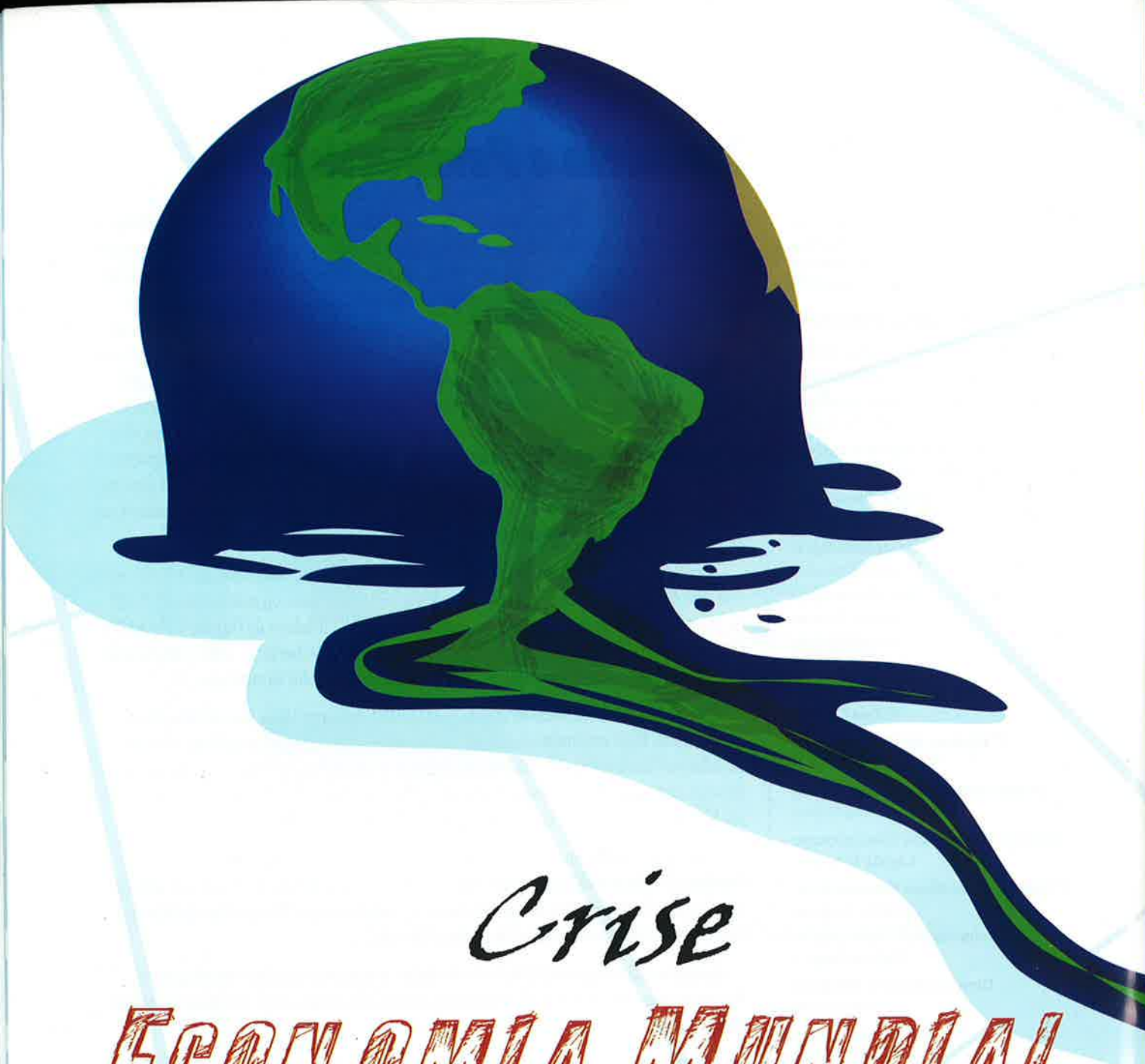
Lutamos pela integração entre as diferentes realidades desse grande país, praticada ativamente pela UNE através de suas Caravanas, ampliando a discussão de temas fundamentais como a Reforma Universitária, a Cultura e a Saúde da juventude.

A sabedoria popular já ensina há muito tempo que a união faz a força. Por isso, a integração é tão importante. Ela é a chave para enfrentar a crise econômica criada pela especulação financeira e que teve como epicentro Wall Street. Fazer frente ao imperialismo norte-americano é tarefa de primeira ordem, mesmo que o novo presidente dos Estados Unidos – que já será conhecido quando *Movimento* estiver nas ruas – seja Barack Obama.

Nossas tarefas são muitas, mas estamos ainda mais revigorados para enfrentá-las, nas ruas e nas universidades desse imenso Brasil.

Boa Leitura

**Lucia Stumpf**  
Presidente da UNE



*Crise*

**ECONOMIA MUNDIAL  
VAI RALO ABAIXO**

Por Renata Mielli

A liberalização da economia internacional, alardeada pelos quatro cantos do mundo como a etapa mais avançada do capitalismo, mostrou sua ineficácia. A falta de regulação e a especulação financeira são os principais vilões da crise em curso, disse em entrevista à *Movimento* o sociólogo Emir Sader, coordenador do laboratório de políticas públicas da Uerj. Para ele, as economias latino-americanas precisam sair urgentemente da esfera do dólar e aprofundar a integração regional.

**O socorro aos bancos nos EUA e na Comunidade Européia somados deve se aproximar dos 2 trilhões de dólares. O discurso liberal do Estado mínimo e do livre mercado foi posto em cheque?**

Nos fundamentos sim, porque o diagnóstico quase que consensual é que a liberalização da circulação dos capitais foi o que permitiu essa farra especulativa. Mas, é importante observar que o liberalismo nunca abriu mão da intervenção estatal em momentos de crise. Deixou de fazer isso na crise de 1929 e se arrependeu profundamente. A pressão do mercado é para o Estado recompor

as condições de funcionamento do neoliberalismo. Para isso, estão injetando dinheiro no mercado financeiro. Os governos europeus, por exemplo, compram ações, mas não participam da administração dos bancos. Não é estatização, é socorro. Na verdade, estão dando dinheiro para os bancos.

**A crise pode trazer com mais força o debate da necessidade de haver mais mecanismos de regulação do mercado financeiro para frear essa especulação virtual?**

Se pensássemos logicamente sim, porque a análise até mesmo dos responsáveis pela crise caminharia nessa direção. Acontece que não há, hoje, forças políticas defendendo sair deste modelo e buscar formas internacionais de regulação. Quando o presidente Lula falou na ONU defendendo esta idéia, o Hélio Gáspari disse ‘ninguém

acredita nisso’. Tudo bem, mas o Lula estava colocando a necessidade de haver um organismo internacional para cumprir esse papel, ele apontou para a ausência desse tipo de organismo. O que vemos, agora, são os organismos que defendem a desregulamentação dizerem ‘não venham com protecionismo’.

**O governo e organismos internacionais têm afirmado que o Brasil é um dos países em melhores condições de enfrentar a crise?**

Apesar do catastrofismo da direita, é óbvio que o Brasil está mais bem preparado para resistir. Na crise de 29, por exemplo, 16 governos latino-americanos caíram imediatamente, o modelo econômico ruiu. Hoje, a reserva que o Banco Central tem nos dá uma margem de jogo que não havia antes, nem nas crises dos anos 90.

# "O que nós precisamos é aprofundar a

## O que nos colocou nesta condição?

Estamos relativamente mais protegidos da crise, porque aumentamos muito o comércio intra-regional e diversificamos muito o comércio internacional. Essa integração econômica é chave e o Banco do Sul é fundamental para acentuar esse processo. Integração significa regulamentação. Quando a América do Norte faz o Tratado de Livre Comércio da América do Norte está se protegendo, privilegiando o México, o Canadá e os Estados Unidos em detrimento dos países de fora. Quando a Comunidade Européia se integra, ela está se protegendo. O que nós precisamos aqui é aprofundar a regulamentação, porque isso só irá nos proteger mais dos efeitos da crise. O México, por exemplo, é o país que mais sofre hoje com a crise, porque ele tem 90% do seu comércio com os Estados Unidos, ele não diversificou nem com o Canadá, é tudo com os Estados Unidos mesmo, então o preço que eles vão pagar é altíssimo.

## Como avançar nesse processo de integração da América Latina?

O presidente Lula tem falado da criação de uma moeda única e isso é muito importante, porque é preciso sair da esfera do dólar. Uma das idéias da criação do Banco do Sul é justamente essa, que as divisas dos países latino-americanos não sejam depositadas em bancos norte-americanos. Hoje nós depositamos lá, eles pagam uma merreca de juros e depois,

quando pedimos emprestado, eles cobram juros altíssimos. Ainda mais, corre-se o risco desse dinheiro evaporar na crise. Então, é importante que essas divisas sejam

Foto: Arquivo



usadas para cuidar do desenvolvimento regional.

## Existe concordância entre os países que compõem a Unasul em torno da criação desse banco central único? Diante da crise essa idéia pode ser reforçada?

Na Unasul provavelmente não, porque ela congrega países como o Peru e Colômbia. Mas, no Mercosul ampliado com a Venezuela certamente há um consenso. O Equador disse estar totalmente disposto

a desdolarizar sua economia, mas não pode voltar para o sucre, tem que adotar uma moeda mais forte, regional. É importante aproveitar a crise para acelerar esse processo. O Brasil e a Argentina já estão fazendo o seu comércio em peso e real, o que já é um passo para sair da esfera do dólar. Deveria haver uma reunião imediata do Mercosul para avançar mais rapidamente o debate em torno do Banco do Sul e do fortalecimento regional.

## A crise foi gestada no centro da economia capitalista, com isso se relativiza o peso econômico dos Estados Unidos na economia mundial? Abre-se caminho para o surgimento de outros mercados fortes?

Em princípio a economia norte-americana se enfraquece. Agora, não é dado que na recuperação eles não voltem ocupar posição de força significativa, porque ninguém está colocando, do ponto de vista político, o tema da multipolaridade. É verdade que há outros pólos. Há multipolaridade econômica, mas não política. Em tese, pode ser que em 10 anos o peso do PIB norte-americano no mundo se reduza para 10%, mas ninguém projeta que a força militar dos Estados Unidos vá ser muito menor, que a hegemonia cultural norte-americana com o modo americano de vida vá ser muito menor, que a hegemonia midiática dos Estados Unidos vá ser menor. Essas questões não estão no horizonte e esse é o nosso drama. O capitalismo mostra seus limites claramente, mas os fatores de superação do capitalismo tam-



# regulamentação, isso irá nos proteger”

bém sofreram uma regressão enorme na passagem do mundo bipolar para o unipolar sob hegemonia imperial americana, e na passagem do modelo regulador para um modelo neoliberal. Então, vai haver um período longo de turbulência e instabilidade até que se comece a configurar a construção, num horizonte não visível, a superação da hegemonia norte-americana por outro tipo de hegemonia.

## Qual o papel dos movimentos sociais no Brasil e na América Latina diante desse quadro?

Os movimentos sociais tiveram um papel importante na resistência ao neoliberalismo. Mas, conforme não se colocaram o desafio de elaborar projetos alternativos, muitos deles foram ficando para trás, mantiveram-se no nível da denúncia – que é indispensável, mas tem que avançar para elaborar alternativas. Portanto, há um espaço para ser preenchido. Vivemos na América Latina uma crise hegemônica fantástica, no sentido de que o velho modelo se esgota e um novo modelo tem dificuldade de surgir. Os movimentos sociais que forem ficando apenas na denúncia, que não se articularem na esfera política, como acontece com os zapatistas [México] e os piqueteiros [Argentina], por exemplo, vão desaparecer da cena política. A própria idéia de autonomia dos movimentos sociais, da forma como é posta por alguns, está completamente equivocada, é pré-marxista, significa renunciar a disputa da hegemonia, renunciar a construção de outro mundo possível. Não me refiro a construção de

pequenos nichos emancipatórios, mas a um projeto global de emancipação com relação ao mundo capitalista e neoliberal. Os movimentos sociais têm que se rearticu-



lar, como na Bolívia, por exemplo. Lá conseguiram chegar ao poder, porque se recompuseram através de uma força política. Esse é o caminho dos movimentos sociais: não ter uma relação tradicional com a política, nem tampouco ter a atitude de se refugiar na chamada esfera da sociedade civil, porque esse é um caminho sem saída de enfraquecimento.

**Em meio a esse turbilhão se realiza em janeiro, no Pará, o Fórum Social Mundial, ele pode jogar um**

## papel no sentido de impulsionar os movimentos nesse sentido?

Nós lutamos para isso. O Fórum Social está girando em falso justamente porque ficou com aquela definição inicial, totalmente superada, de não se articular com a política. As ong's entorpeceram o Fórum, que está enfraquecido. Houve uma nova eleição para o Comitê Executivo, mas mesmo os movimentos sociais brasileiros ainda têm uma atuação muito abaixo da necessária para a urgência de um projeto alternativo. É importante que o FSM de Belém avance nesse sentido, senão ele vai passar por dificuldades ainda maiores. Este FSM tem que ter uma marca latino-americana muito forte, até porque é aqui que estamos começando a construir um outro mundo possível. O tal do comércio justo que tanto se fala no Fórum é o intercâmbio solidário que acontece na Alba, o Banco do Sul pode ser um espaço alternativo ao sistema financeiro internacional. Então, se o FSM não tiver uma presença dos projetos pós-neoliberais da América Latina ele vai desaparecer da cena política. Hoje, ele está desaparecido porque não quer falar de guerra, já que falar de guerra é falar de Estados Unidos, é falar de Estado, é falar de poder. Essa crise impulsiona a idéia de regulamentar a circulação do capital financeiro, como no projeto da ATTAC, que cria um imposto cidadão para ser aplicado em políticas sociais e hoje não há nenhum pronunciamento do Fórum, que se molda apenas como um espaço de intercâmbio. Mas, com a crise desse tamanho, ele vai precisar mudar de postura.



**Pré-Sal**

# a riqueza submersa do Brasil

As recentes descobertas de novas jazidas de petróleo na costa do litoral brasileiro reacenderam as discussões sobre o atual modelo de exploração adotado e o destino das riquezas que jorrarem destes poços

*Por Renata Mielli*

Plataforma de Angra dos Reis. Foto: Glauco Umbelino/Flickr

**D**epositada no fundo do mar, a cerca de sete mil metros de profundidade, está uma riqueza que pode mudar a situação do Brasil. São reservas de dezenas de bilhões de barris de petróleo – há quem diga que podem superar a barreira das três centenas de bilhões –, montante suficiente para atender toda a demanda nacional e transformar o País num dos maiores produtores de petróleo do mundo.

A notícia gerou euforia no mercado interno e externo, além de reacender um debate que precisa envolver toda a sociedade brasileira – e então, o petróleo é nosso? Como há 60 anos, o foco central da discussão se dá em torno da soberania nacional, mas com ingredientes novos. Afinal, o mundo está globalizado, sob a dominação imperialista dos Estados Unidos que promovem uma cruzada para se apropriarem dos territórios que produzem petróleo.

Como no tabuleiro de War, os sucessivos governos norte-americanos foram se posicionando estrategicamente pelo globo para garantir que o “ouro negro” esteja sob seu domínio. Foi assim, por exemplo, na ofensiva contra o Iraque e Afeganistão.

Na década de 40, o movimento nacional capitaneado pela UNE – O Petróleo É Nosso! – ganhou às ruas e foi vitorioso.

Contudo, a ofensiva neoliberal que varreu o Brasil na década de 90 deu uma punhalada nesta importante conquista do povo brasileiro. Em 1997, o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei do Petróleo (nº 9.478) que dispôs sobre a política energética e o monopólio nacional do petróleo. Melhor seria quebra do monopólio, uma vez que ela alterou profundamente os instrumentos legais que regulavam a exploração e abriu o capital da Petrobras.

## O modelo neoliberal de exploração

A partir da aprovação desta lei, a exploração e a produção do petróleo passaram a ser feitas através de contratos de concessão, definidos através de leilão e conduzidos pela Agência Nacional de Petróleo - ANP, também criada pela 9.478/97. Para isso, orienta a lei, a ANP recebe da Petrobras os dados referentes às bacias sedimentares e as dividem em blocos, definindo quais destes serão postos em leilão.

Uma vez de posse da concessão para explorar e produzir petróleo no bloco adquirido, as concessionárias terão, de acordo com o Art. 26 da lei, “a obrigação de explorar, por sua conta e risco e, em caso de êxito, produzir petróleo ou gás natural em determinado bloco, conferindo-lhe a propriedade desses bens, após extraídos, com os encargos relativos ao pagamento dos tributos incidentes e das participações legais ou contratuais correspondentes”.

Os tributos referidos acima – o que fica para a União da exploração dos blocos pelas concessionárias – foram definidos pelo decreto 2705, que estabeleceu percentuais que variam de 0 a 40%, quando o que se observa em outros países do mundo que adotam o sistema de concessão é de 84%.

Já foram concedidos por este modelo de exploração mais de 500 blocos para 72 grupos econômicos, sendo a metade deles de capital internacional. Apesar da Petrobras ter adquirido a maioria desses poços, muitos já produzem óleo para empresas privadas, como na Bacia de Campos, onde a transnacional anglo-holandesa Shell extrai, atualmente, 60 mil barris por dia.

Um dos principais argumentos usados na ocasião para aprovar a Lei do Petróleo foi que as conces-

sões seriam feitas em contratos de risco, para a exploração de bacias sedimentares onde não havia a confirmação da existência de petróleo. Portanto, o risco seria compensado, caso a concessionária “desse sorte”, com a propriedade do petróleo a título de pagamento de baixos royalties.

No entanto, não é disso que se trata quando o caso são as recentes descobertas das bacias de pré-sal. Para o diretor de Comunicações da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), Fernando Siqueira, “a descoberta do pré-sal evidenciou o absurdo do marco regulatório criado por FHC. Hoje, o País recebe menos da metade do que recebem os demais países. Não dá para aceitar isto, ainda mais sabendo que não há mais riscos no pré-sal. É óleo já descoberto, de alta qualidade e em volume que coloca o Brasil como 4ª reserva mundial”.

## De quem é a Petrobras?

Outro problema criado pela lei de FHC foi a abertura do capital da Petrobras. Hoje, a companhia que é o cartão de visita do Brasil no mundo e uma das mais lucrativas da América Latina tem 62% de suas ações nas mãos de agentes privados nacionais e internacionais. Em razão disso, R\$ 16 bilhões de reais dos lucros obtidos em 2007 foram remetidos para o exterior. Mas poderia ser pior, não fosse a manutenção de 51% das ações que dão direito a voto nas mãos do governo brasileiro.

Com o anúncio das jazidas de pré-sal, o questionamento ao modelo de exploração e ao atual estatuto jurídico da Petrobras ganhou mais vozes, inclusive no interior do governo. Afinal, trata-se de uma receita que poderia fazer o Brasil saltar da 10ª para a 4ª economia do mundo.

## De olho no dinheiro

O presidente Lula foi um dos primeiros a levantar a polêmica ao dizer que era preciso rever o modelo de exploração e criar uma empresa estatal para gerenciar os recursos provenientes do pré-sal. “Esse pré-sal, nós não conseguimos ainda nenhum dinheiro com ele, mas já tem uma disputa pelo dinheiro imensa. Sabe por que eu quero logo discutir para onde vai o dinheiro? Porque se a gente não discute, os mesmos de sempre, que sempre ganharam tudo, vão querer se apoderar desse dinheiro antes de ele chegar para as finalidades nobres que nós queremos nesse País”, disse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

E já tem muita ave de rapina de olho na riqueza que está sob o solo brasileiro. Em junho, durante o 19º Congresso Mundial de Petróleo (WPC), o maior evento da indústria petrolífera realizado em Madri, o presidente da Exxon, Rex Tillerson, disse saber “que os brasileiros e seu governo querem extrair petróleo [do pré-sal]. Mas não podem colocar leis que vão dificultar isso”. No mesmo rumo, o vice-presidente da Chevron, John Wattson, afirmou que é preciso ficar atento “às tentações nacionalistas e protecionistas”. O lobby internacional para impedir que o Brasil se apodere de suas

riquezas já está em alta velocidade.

Questionado sobre essas declarações, Fernando Siqueira da Aepet diz que elas demonstram o desespero das petrolíferas diante da tendência atual de que o cartel das sete irmãs privadas,



## Os modelos de gestão do petróleo

Segundo dados do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura, existem três regimes jurídicos de exploração de petróleo.

- **Concessão por licitação:** é o modelo utilizado atualmente no Brasil e no Reino Unido. Quem paga mais ganha a concessão para explorar petróleo por determinado período. Se não explorar dentro do prazo, a empresa tem que pagar o governo. O Estado é remunerado por impostos.

- **Contrato de partilha da produção:** é a legislação que regula a indústria de petróleo em Angola e na Rússia, na qual uma empresa 100% estatal divide e oferece os campos de petróleo. As empresas interessadas na exploração oferecem ao governo um percentual do óleo que encontrarem no campo. Quem oferecer uma parcela maior das descobertas leva o campo. Nesse modelo, o Estado é remunerado em petróleo.

- **Contrato de serviços:** é como se explora petróleo na Arábia Saudita e no Irã. A empresa estatal contrata uma empresa para prestar o serviço de exploração do petróleo e paga somente pelo serviço. Todo o petróleo extraído pertence à estatal.

- **Modelo da Noruega:** Os noruegueses criaram um modelo diferente. Montaram uma empresa 100% estatal chamada Petoro, que tem 60 funcionários. Ela não explora diretamente o petróleo, como faz a Petrobras, mas entra como sócia de empresas que operam os poços. Os ganhos da Petoro serão gastos majoritariamente para garantir benefícios previdenciários às futuras gerações. A Petoro envia tudo o que ganha para um fundo de pensão, que atua como se fosse um fundo soberano. O dinheiro é investido no exterior, na compra de ações e bônus. Apenas os dividendos são gastos. Somente 4% do dinheiro do fundo pode ser usado na economia interna a cada ano. No ano passado, os ativos do fundo somavam US\$ 396,5 bilhões.

do qual elas fazem parte, desapareça nos próximos cinco anos por falta de reservas. “Elas estão se fundindo para tentar sobreviver, já são apenas cinco irmãs, e detêm apenas 3% das reservas mundiais de petróleo. Em contrapartida, as novas irmãs são oito estatais que detêm mais de 60% das reservas mundiais. São elas: Saudi Aramco, Inoc (Iran), Petrochina, Petronas (Malásia), PDVSA (Venezuela) Pemex (todas 100% estatais), Petrobras e Gazprom (Rússia), renacionalizada. Assim, modernidade hoje é o setor de petróleo ser estatal, com tendência a aumentar essa estatização em face da importância estratégica do petróleo, mormente agora que estamos em pleno 3º e irreversível choque mundial decorrente da chegada ao pico de produção (oferta)”, explica.

## Dívidas sociais e desenvolvimento

Investir no desenvolvimento nacional e na superação das desigualdades deve ser o destino dos recursos vindos do pré-sal, na opinião dos movimentos sociais e de grande parte do governo federal. Tanto é que o governo pretende reformular as atuais regras para garantir que os lucros obtidos retornem para a sociedade. Parte do dinheiro seria para a educação, como anunciou o presidente Lula em solenidade na sede da UNE, em agosto.

Em entrevista à TV Brasil, o presidente reafirmou a necessidade de se alterar o marco regulatório “porque tudo mudou depois que nós encontramos essas grandes jazidas no pré-sal, e ainda temos que fazer mudanças na Lei do Petróleo”. Como prioridade para aplicação dos recursos que virão, ele destacou que “vai ser utilizado

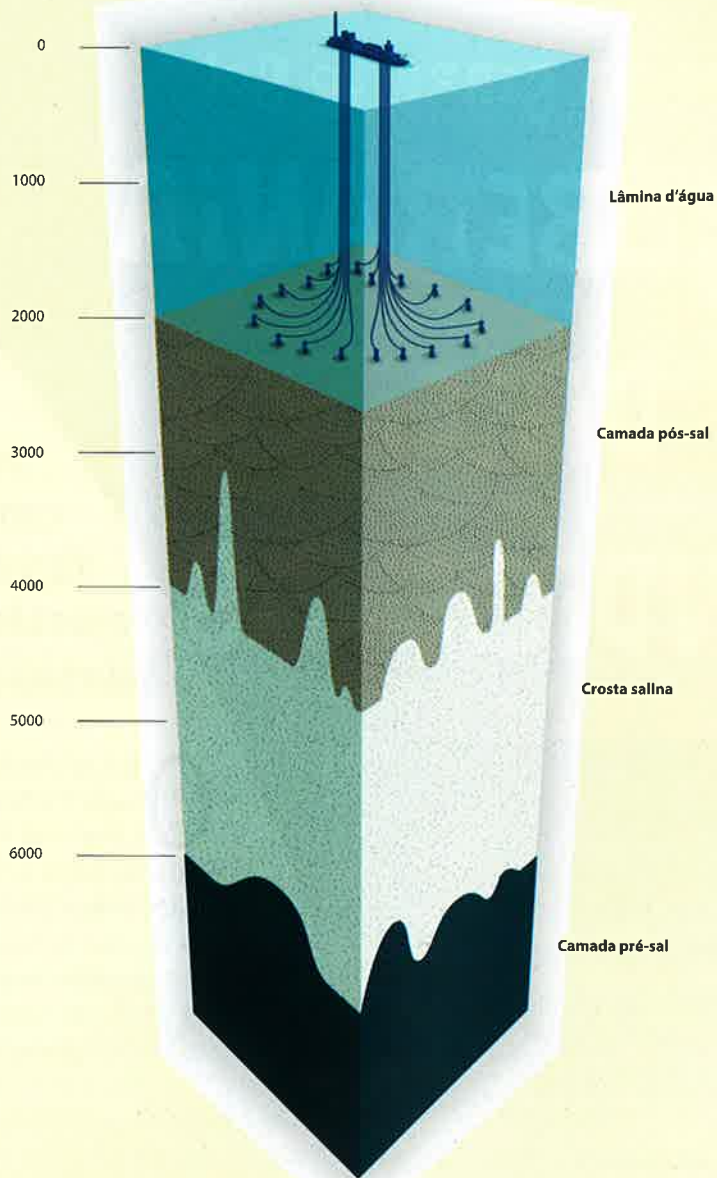
primeiro para fortalecer a Petrobras e a indústria petrolífera brasileira. Segundo, fortalecer a indústria naval. Terceiro, fortalecer a indústria petroquímica. Agora qual é a minha prioridade? É fazer altos investimentos na educação e na pobreza desse País. Essa é a chance que temos de resolver duas dívidas históricas com o povo brasileiro: recuperar o tempo perdido na educação, que nós já começamos, mas com mais dinheiro nós vamos fazer muito mais e, ao mesmo tempo, ver se elevamos os outros brasileiros que ainda não chegaram à classe média, para a classe média”.

### Que caminho seguir

A compreensão de que os recursos do pré-sal têm que ser do Brasil é algo fundamental, o problema é como fazer que isso se concretize. E nisso há pouco consenso. Os debates são os mais variados e há propostas que vão desde a criação de uma nova empresa para gerir os fundos, até a reestatização da Petrobras através da compra, pelo Banco Central, das ações da empresa que estão em negociação na Bolsa de Nova Iorque. Outro ponto de dúvida é qual o melhor modelo de exploração a adotar.

Como baliza desse debate há algumas referências internacionais distintas como a norueguesa, a saudita e a russa, ou mesmo manter a brasileira. Para definir o caminho a seguir, o governo criou uma comissão interministerial incumbida de apresentar até o final de ano uma proposta ao presidente Lula.

As discussões em torno de qual modelo de negócios será criado para a exploração do pré-sal é fundamental e devem estar, sem dúvida nenhuma, baseadas na premissa de que essa riqueza é sim, do Brasil e dos brasileiros. Para garantir que isso se efetive, é preciso ganhar às ruas, como na década de 40, levantando novamente a bandeira do Petróleo É Nosso!



### Onde está o Pré-Sal

O pré-sal é um megacampo de petróleo a 300 km do litoral brasileiro que vai do Estado do Espírito Santo, até o litoral de Santa Catarina.

Segundo estimativas, o campo de Tupi, na Bacia de Santos, teria 8 bilhões de barris, o que representa mais da metade de todas as reservas brasileiras.

O pré-sal encontra-se abaixo de uma camada de sal de 2 km de espessura que vai do Espírito Santo até Santa Catarina. Dois outros campos anunciados, o de Pão de Açúcar e Carioca tem estimativas de guardar 33 bilhões de barris, o que se confirmado o colocaria como 3º campo de petróleo do mundo.

Por decisão do presidente Lula, os leilões nesses blocos foram suspensos, até que se aprofunde o debate sobre o futuro do pré-sal.

Atualmente já há prospecção de petróleo, de alta qualidade, no pré-sal do campo de Jubarte, que fica a 80 km da costa do Espírito Santo.

RAPOSA SERRA DO SOL

# SOBERANIA E DIREITOS INDÍGENAS

Por Priscila Lobregatte

*"Mas chegaram, depois, os estrangeiros, falando contra a sabedoria dos anciãos, empurrando-nos para fora de nossa terra. Internamo-nos cada vez mais dentro da selva, mas eles esbarram sempre em nós; às vezes passam-se anos, mas finalmente chegam de novo e, então, temos de destruir as sementeiras, carregar as crianças nas costas, amarrar os animais e partir".*  
Isabel Allende

**Conflito no extremo norte do Brasil chegou ao STF, que deverá definir no próximo período se a demarcação das terras indígenas na região será contínua ou descontínua. Nessa disputa pela terra, brota uma questão nada simples: o debate entre soberania nacional e direitos indígenas.**

O trecho escrito por Isabel Allende em Contos de Eva

Luna traduz parte do sentimento dos índios eternamente expulsos de suas terras pela ganância do homem branco.

Para os povos da América Latina, e mais especificamente do Brasil, o tratamento dispensado pelos estados nacionais à questão indígena está longe de ser resolvida. A modernidade deu outras características às relações entre os dois lados, mas até hoje não se conseguiu estabelecer condições dignas para a sobrevivência dos povos indígenas, a manutenção de sua cultura e o bem-estar de seus membros.

Avanços foram alcançados com o início da demarcação de reservas indígenas, no final da década de 70, e principalmente com a Constituição de 1988, que consolidou esse processo como direito. Contudo, a garantia do direito aos povos indígenas de suas terras ori-

ginais não pôs fim à disputa entre índios e agricultores, madeireiros e garimpeiros.

Esse conflito ficou explícito e ganhou a agenda nacional com a homologação, em 15 de abril de 2005, da reserva indígena Raposa Serra do Sol, no norte do estado de Roraima, num território com cerca de 1,7 milhões de hectares em área contínua.

Em cumprimento à determinação do decreto presidencial, a Operação Upakaton 3, da Polícia Federal, foi deflagrada a fim de retirar os não-índios da região demarcada. A ação arrefeceu os ânimos de índios e arroteiros e em 2008 assistiu a uma série de conflitos na região. Para evitar que o clima piorasse, o Supremo Tribunal Federal determinou a suspensão da retirada até que se decida o destino da demarcação, questionado por uma ação popular contra a União, ajuizada em 20 de maio de 2005 pelos senadores Affonso Augusto Botelho Neto (PT-RR) e Francisco

Mozarildo de Melo Cavalcanti (PTB-RR), pedindo a nulidade da portaria. O questionamento apresentado é sobre a forma da demarcação, ou seja, se a reserva deve ser de áreas contínuas ou descontínuas.

Em 27 de agosto de 2008, durante sessão de julgamento da ação, o ministro Carlos Ayres Brito, relator do processo, apresentou voto favorável à demarcação contínua. Mas o ministro Carlos Alberto Menezes Direito pediu vistas do processo, suspendendo o julgamento do caso, que deve ser retomado entre novembro e dezembro.

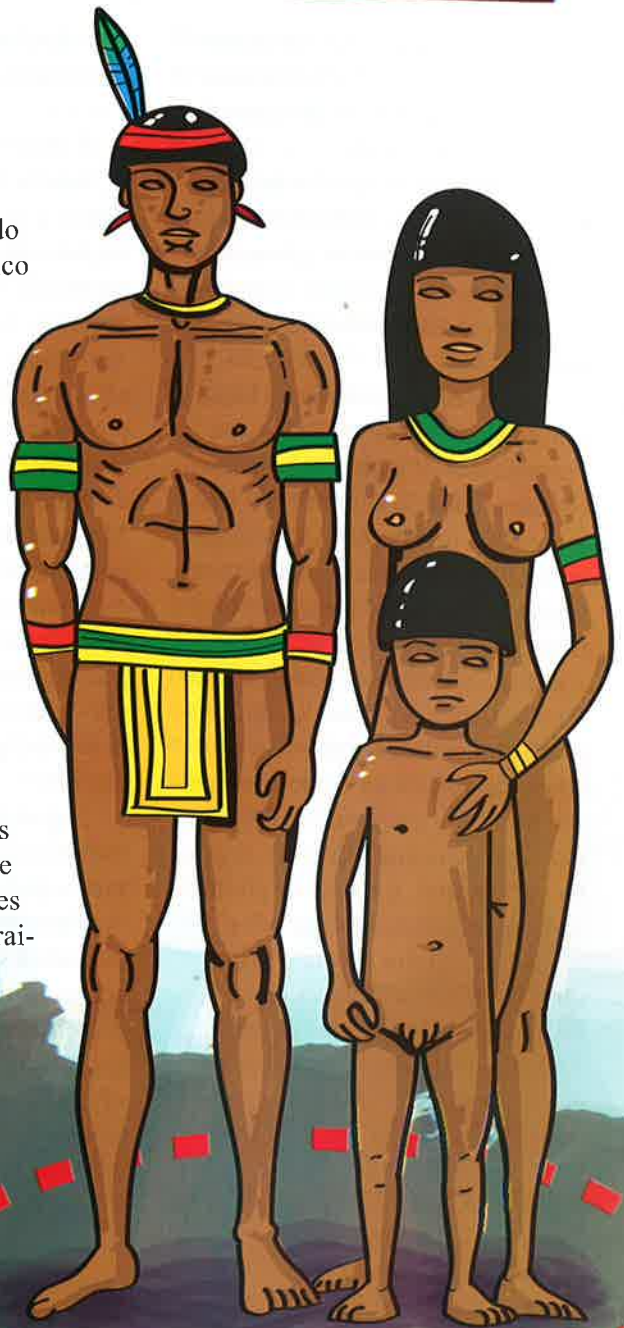
A questão é complexa e foi este o argumento usado por Direito para pedir vistas. Em jogo está a vida de cerca de 19 mil índios de cinco etnias - Macuxi, Wapichana, Patamona, Ingaricó e Taurepang - que há anos lutam por seu território.

### A polêmica

Entre os argumentos apresentados para sustentar a continuidade da demarcação está o de Márcio Meira, presidente da Funai. Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, ele explicou que “toda terra indígena é contínua. Os índios não vivem em ilhas territoriais. Se alguém se manifestar dizendo que as terras da Raposa não podem ser contínuas vai pôr em dúvida todas as terras indígenas do País - porque todas são contínuas”.

Vincenzo Lauriola, pesquisador em etnoecologia, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), em artigo publicado na Agência Latino-americana

de Informação, disse que o desfecho da Raposa Serra do Sol “também pode ser trágico para o conjunto de direitos humanos e territoriais dos demais povos indígenas do Brasil. Não é difícil imaginar o efeito dominó, e a multiplicação dos conflitos fundiários que uma decisão contrária à manutenção da demarcação contínua desencadearia no resto do País”. Para ele, “os que cobiçam terras indígenas regularizadas já estão se armando, juridicamente e com outros meios, para suas próximas ações de invasão e grilagem”. E alerta: “poderes político-econômicos de Rorai-



ma se confundem com interesses oligárquico-coronel-clientelistas locais, sem compromisso com a verdade e legalidade”.

Do outro lado da trincheira, agricultores e o estado de Roraima tentam, de toda forma, garantir a posse da terra e o poder econômico na região, defendendo a descontinuidade.

A ação movida contra a União, que está em debate no STF, tenta desqualificar o laudo que resultou na demarcação contínua. Para isso, argumenta que “a reserva em área contínua traria conseqüências desastrosas para o estado roraimense, sob os aspectos comercial, econômico e social”. Quanto aos interesses do País, diz o texto, “haveria comprometimento da segurança e da soberania nacionais. Tudo a prejudicar legítimos interesses dos ‘não-índios’, pessoas que habitam a região há muitos anos, tornando-a produtiva no curso de muitas gerações”.

Marcio Meira rebate o argumento afirmando que “a presença do Exército na faixa de fronteira é uma obrigatoriedade constitucional” e que “os índios nunca se opuseram a isso”. Ele lembra que recentemente, quando peruanos invadiram o Acre atrás de madeira, foram os índios que alertaram a Funai que, por sua vez, avisou as Forças Armadas.

A própria Constituição Federal é explícita sobre esta questão quando em seu inciso XI do artigo 20 diz que as Terras, “são bens da União” e que, pelo §4º do art. 231, elas são “inalienáveis e indisponíveis e os direitos sobre elas imprescritíveis”. Ou seja, embora os índios detenham a posse permanente e o “usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos” existentes em suas terras, conforme o parágrafo 2º do Art.

231 da Constituição, elas constituem patrimônio da União.

### A continuidade das terras

Joênia Carvalho, da etnia Wapichana, é a primeira índia a obter registro na Ordem dos Advogados do Brasil. Na sessão em que o ministro Ayres Britto apresentou seu voto, a magistrada foi responsável pela sustentação oral dos povos indígenas que representa no caso da Raposa Serra do Sol. Ela entende que o pedido de vistas por Menezes Direito foi uma forma de aprofundar o entendimento sobre o assunto, mas diz que “não se pode demorar muito para decisão, pois a permanência dos ocupantes não-índios prejudica as comunidades indígenas e restringe seus direitos”.

Segundo Joênia, ainda não há tranquilidade na área. As lideranças indígenas locais, explica, “continuam denunciando ameaças sobre sua integridade física e ações praticadas pelo arroteiro e prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero, a fim de criar um clima de conflito”. Ela diz que recentemente a prefeitura – administrada pelo candidato do DEM não reeleito dia 5 de outubro – construiu irregularmente 14 casas populares na área usada como campo de futebol pelos indígenas. “Tudo para provocar os parentes”, diz Joênia em referência ao seu povo.

Além disso, ressalta, “os arroteiros continuam plantando, colhendo e degradando o solo, poluindo as águas dos rios e colocando em risco a saúde das comunidades devido à constante prática dos crimes ambientais”. Com a decisão definitiva do STF confirmando a constitucionalidade da demarcação em área contínua, diz, “não haverá qualquer

óbice jurídico para que as comunidades indígenas tenham suas terras e possam assim protegê-la e recuperá-la”.

### “Livres iniciativas”

A ação contra a União ao se contrapor à continuidade sustenta que ela traria, “desequilíbrio no concerto federativo, visto que a área demarcada, ao passar para o domínio da União, mutilaria parte significativa do território do estado”. Além disso, destaca, “ofenderia o princípio da razoabilidade, ao privilegiar a tutela do índio em detrimento, por exemplo, da livre iniciativa”.

Livre iniciativa, aliás, defendida ferozmente por João Mellão Neto, deputado estadual pelo DEM-SP, que não esconde sua posição de representante da elite brasileira. “Não tenho nenhum constrangimento em manifestar a minha simpatia irrestrita pela causa dos brancos. Eles só querem trabalhar”, disse em artigo publicado em *O Estado de S. Paulo*, reforçando a visão preconceituosa segundo a qual índios seriam preguiçosos. No que diz respeito à luta dos indígenas pelo direito à terra, Mellão Neto afirma que “nascer índio é realmente um excelente negócio no Brasil, somente suplantado pela condição de viver como índio”.

Alheio a visões rasteiras como a do parlamentar paulista, o deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP) se debruçou sobre o tema e visitou a região. Sua visão procura considerar os dois lados da questão. O desafio do Supremo, segundo Rebelo, é o de “superar o jacobinismo das partes e buscar uma solução de consenso que atenda aos interesses de todos os envolvidos”.



### Direito dos índios

Destacando os artigos 231 e 232 da Constituição – que versam sobre os direitos dos índios – o ministro Ayres Britto, em seu relatório, destacou que tais dispositivos legais “são de finalidade nitidamente fraternal ou solidária, própria de uma quadra constitucional que se volta para a efetivação de um novo tipo de igualdade: a igualdade civil-moral de minorias que só têm experimentado, historicamente e por ignominioso preconceito – quando não pelo mais reprovável impulso coletivo de crueldade –, desvantagens comparativas com outros segmentos sociais”. Por isso, enfatizou, trata-se de “uma era constitucional compensatória de tais desvantagens historicamente acumuladas, a se viabilizar por mecanismos oficiais de ações afirmativas”.

Em reunião de diretoria realizada entre 10 e 12 de outubro, a UNE debateu e aprovou resolu-

ção sobre o tema, afirmando que a entidade “reconhece o direito legítimo à demarcação das terras indígenas no Brasil. Porém, esse processo precisa ser feito respeitando o direito de todos os povos que hoje também habitam e constroem nosso País, de forma a assegurar os direitos do povo indígena, mantida a soberania nacional e de todos os trabalhadores que vivem nessa região”.

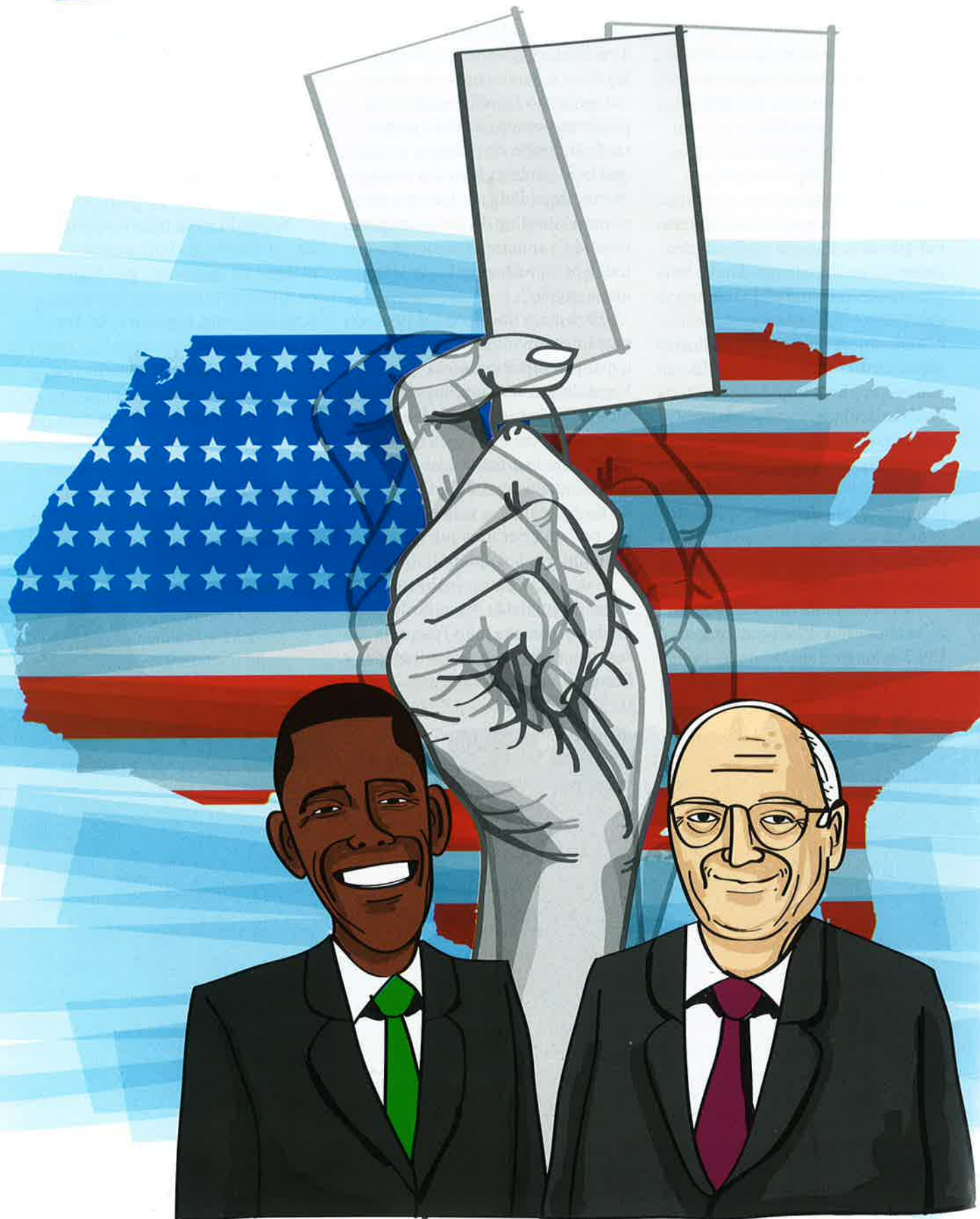
Para além dos diversos posicionamentos envolvidos, o fato é que a decisão sobre a reserva Raposa Serra do Sol será um importante momento da história nacional porque coloca em evidência questões ainda hoje mal resolvidas no seio da sociedade brasileira. O resultado do julgamento, vale acrescentar, poderá criar uma jurisprudência a guiar casos futuros.

Satisfeita com a sinalização positiva do ministro Ayres Brito, mas ainda apreensiva pelo futuro da reserva, Joênia diz que a Raposa Serra do Sol é um caso em-

blemático, no qual é possível “perceber a clara disputa pela terra, embasada sobre valores diferentes: o coletivo *versus* o particular; a cultura *versus* o colonialismo forçado; o meio ambiente saudável *versus* o desenvolvimento insustentável”.

Segundo a advogada wapichana, “o desafio de hoje é iniciar um diálogo de igual para igual com os diversos setores em Roraima, acabando com a exploração dos indígenas e de suas terras”. Aguardamos, diz, “pelo dia em que as comunidades indígenas poderão dormir tranqüilas, sem que haja medo de terem suas casas queimadas e seus filhos maltratados ou raptados. Queremos superar essa página da história e construir um Estado mais justo e participativo”.





# A eleição presidencial nos EUA

"Se votar pudesse realmente mudar alguma coisa, ele seria ilegal."

Por Sean Purdy\*

Esse ditado anarquista é famoso entre alguns setores da esquerda nos tempos de eleições, especialmente nos Estados Unidos onde há realmente pouca diferença entre os candidatos dos dois principais partidos, Democrata e Republicano.

Devido às limitações da democracia liberal na sociedade capitalista, porém, as eleições presidenciais, a cada quatro anos, estão entre os melhores momentos para a população em geral discutir abertamente políticas. E este ano a eleição para presidente nos Estados Unidos tem provocado muita discussão entre norte-americanos e pessoas do mundo inteiro. É crucial que o movimento estudantil e operário se engaje com esses debates.

Pela primeira vez na histó-

ria, há uma grande chance de os Estados Unidos ter um presidente negro. Um candidato jovem, filho de um imigrante muçulmano africano com norte-americana. Barack Obama é visto por muitas pessoas como uma alternativa aos políticos tradicionais dos partidos Democrata e Republicano, inclusive pela grande parte dos movimentos sociais, estudantis e sindicatos.

O candidato Obama reivindica a herança de Martin Luther King e usa suas origens mestiças para aparecer como símbolo de uma "América" nova e diferente. Muitos jovens, estudantes, negros e imigrantes têm apoiado sua campanha, acreditando que ele tem uma plataforma progressista, contra a guerra e a favor dos pobres.

Fora dos Estados Unidos, ele

também é muito popular. Em junho, uma pesquisa feita em 24 países, inclusive no Brasil, mostrou que a grande maioria das pessoas favorece Obama como presidente dos Estados Unidos. Em Berlim, 200 mil pessoas participaram de um comício dele. No Brasil, a grande mídia tem mostrado bastante entusiasmo a Obama, dizendo que ele traria mudanças profundas para a política norte-americana.

A candidatura de Obama alimenta as esperanças de milhões de pessoas em colocar um fim à desastrosa guerra do Iraque, às políticas do governo Bush contra os pobres e à política externa imperialista. Agora com a severa crise financeira nos Estados Unidos, muita gente espera que um governo Obama conserte a

desordem e implemente políticas sociais favoráveis à maioria.

Claro que ninguém que é contra o racismo, a opressão e as flagelantes políticas do governo Bush pode ignorar a importância dessas expectativas. Mas, o que podemos esperar, realmente, se Obama vencer as eleições?

É crucial distinguir o estilo atraente de Obama daquilo que ele apresenta como propostas.

Como disse a famosa escritora e militante afro-americana Angela Davis: “Obama representa mudança, mas realmente não oferece mudança alguma”.

Obama se coloca como um candidato pela paz, foi contra a invasão do Iraque, em 2003. Mas ele não é contra a guerra porque ela é imperialista, racista e ilegal. É contra, porque os Estados Unidos estão perdendo a guerra.

Depois de ser eleito ao Senado em 2004, ele apoiou as medidas de Bush para financiamento incondicional da guerra em 2005 e 2006. Votou a favor da manutenção de Condoleeza Rice como Secretária do Estado, apesar, da evidência clara de que ela mentiu ao Congresso sobre armas de destruição em massa. Além do mais, ela faz parte do governo imperialista de Bush.

Obama defende uma retirada gradual das tropas do Iraque, mas também apóia a continuação de um número indefinido de soldados americanos de ocupação na região, mesmo depois da retirada. Deixou aberta a possibilidade de aumentar o número de mercenários no Iraque.

Mais que isso, defende que os soldados americanos saídos do Iraque reforcem as tropas dos Estados Unidos que invadiram o Afeganistão, uma outra guerra imperialista e catastrófica.

Obama defendeu a “guerra contra o terrorismo” e suas políticas em relação à Palestina, Israel, OTAN e Rússia são iguais às de Bush e o candidato republicano, John McCain.

No recente conflito diplomático entre Colômbia, Venezuela e Equador, Obama (e Hilary Clinton) apoiaram abertamente o presidente direitista da Colômbia, Álvaro Uribe. E ambos atacaram ferozmente as FARC e o presidente venezuelano Hugo Chávez.

Com relação a Cuba, ele tem falado ao longo da campanha que iria se encontrar com o presidente Raul Castro e começar uma nova relação com o país, mas ao mesmo tempo, não promete abolir o embargo norte-americano que tem estrangulado a economia Cubana.

É claro que o candidato republicano John McCain oferece as mesmas políticas agressivas do governo Bush, mas o conteúdo da plataforma dos dois candidatos é muito semelhante.

Obama difere nas táticas e estratégias, mas não em objetivos e princípios. Após oito anos de uma política externa desastrosa do governo Bush, que testemunhou defecções de até generais das forças armadas e veteranos



políticos republicanos, veremos “ajustes” na política externa. No entanto, qualquer que seja o novo presidente as mudanças serão em “tons” e detalhes.

Uma política unilateral e agressiva provavelmente será substituída por uma política com um pouco mais de colaboração, mas sempre com o entendimento de que no final das contas, somente “Washington” terá o direito de agir unilateralmente. O que isso significa não é uma renúncia da doutrina de guerra preventiva de Bush, mas um ajuste da forma como ela é aplicada.

Mas como o analista político norte-americano Anthony Arnove conclui, o objetivo fica o mesmo para Obama: preservar e estender o que é chamada “liderança norte-americana” no mundo. Isso significa preservar e estender o império norte-americano, usar força militar e os instrumentos de poder econômico para manter o domínio sobre as nações. Não restam dúvidas de que Obama continuaria as políticas imperialistas do governo Bush.

Como o sociólogo brasileiro Sérgio Domingues observa: “Obama tem um perfil tão radical para o eleitorado americano, que a maioria das pessoas não enxerga o conteúdo conservador de suas posições. Isso lhe permite fazer declarações para acalmar os conservadores, sem perder a simpatia de boa parte da esquerda. Ele nos lembra o atual presidente brasileiro, que usa sua origem operária para tomar as atitudes mais contraditórias. Obama, assim como ele, é um verdadeiro “achado político””.

Devido à ausência de um grande partido de esquerda nos Estados Unidos, muitos progres-

sistas nos movimentos sociais, sindicais e estudantis têm apoiado Obama mesmo ele sendo do Partido Democrata, um partido da classe dominante que não tem nada a ver com os interesses da classe trabalhadora ou dos pobres.

Não podemos ignorar a atração que tem a mensagem otimista de Obama nos Estados Unidos e fora. Ela reflete a busca de uma grande parte da população norte-americana e muita gente fora do país por mudanças reais. Mas é preciso convencer os militantes dos movimentos sociais, trabalhadores e estudantes em geral que o Partido Democrata nunca irá representar seus interesses.

A única opção é fortalecer os movimentos de base para conquistar vitórias contra governos, sejam democratas, republicanos ou outros, que são contra os interesses da maioria. Portanto, essa eleição é particularmente importante, para refletirmos sobre questões referentes ao poder dominante e hegemônico mundial e nacional.

*Sean Purdy é Professor da História dos Estados Unidos na Universidade de São Paulo*





# Por um adorável mundo novo

De 27 de janeiro a 1º de fevereiro de 2009 Belém, no Pará, será a capital dos que lutam por um mundo mais justo. A cidade vai sediar a 8ª edição do Fórum Social Mundial, em plena região pan-amazônica.

*Por Sandra Cruz*

Os cerca de 120 mil participantes esperados, vindos de mais de 150 países, vão se articular por um mundo livre da política neoliberal e de todas as formas de imperialismo. E desta vez com foco nas questões ambientais, como o combate ao desmatamento, pela preservação, desenvolvimento sustentável e biodiversidade.

Para Ana Maria Prestes, representante da Organização Continental Latino-americana e Caribenha de Estudantes – OCLAE na secretaria executiva do Fórum, “a realização do FSM em Belém tem um triplo significado. O primeiro é de ocorrer no seio da Amazônia, enfrentando o debate ambiental e climático do nosso tempo. Segundo, acontecer na região que mais tem avançado em termos de políticas progressistas e antineoliberais no mundo, que é a América Latina. E, voltar pra casa, ao Brasil, onde sempre teve êxito”.

## A construção

Quando nasceu, em 2001, o Fórum Social buscava – através da reflexão e organização de todos aqueles que se contrapõem às políticas neoliberais – alternativas que priorizassem o desen-

volvimento humano e servissem de resistência ao modelo econômico dominante na década de 1990. A idéia era apresentar um contraponto ao Fórum Econômico Mundial, realizado anualmente em Davos, na Suíça, criando um espaço para a articulação dos movimentos sociais.

Entre as diversas conquistas geradas pelo FSM desde 2001, Ana Maria Prestes destaca a “mobilização contra a guerra no Iraque em fevereiro de 2003, com a realização da maior manifestação simultânea da história da humanidade; a consolidação de redes mundiais de movimentos sociais, como a Via Campesina e a difusão de experiências locais como o Orçamento Participativo”.

Outro papel importante do Fórum foi “na articulação das forças anti-imperialistas na América Latina. Muito do governo de Lula, Chávez, Evo Morales... nasceu dentro do FSM e se expandiu também através do FSM. O FSM é hoje uma referência para os países latino-americanos como um espaço privilegiado de discussões e troca de experiências entre a América Latina e o resto do mundo”, diz Ana Maria.

### FSM no mundo

Após três edições em Porto Alegre, o Fórum Social Mundial rompeu fronteiras e passou a dar voz a outras lutas ao redor do mundo. Com o lema “Outro Mundo é Possível”, o FSM saiu das Américas e foi deixar sua marca na Ásia e na África.

Debutando fora do Brasil, em 2004 foi realizado em Mumbai, na Índia, superando todas as expectativas. Em 2005, retornou a Porto Alegre, com cerca de 6.872 organizações de 151 países envolvidos em 2.500 atividades no Território Social Mundial do evento. As maiores delegações vinham do Brasil, da Argentina, dos Estados Unidos, do Uruguai e da França.

Em 2006, houve a primeira tentativa de descentralização, mirando ainda terras estrangeiras, com atividades realizadas na África (em Mali), na Ásia (Paquistão) e na América Latina (Venezuela). Em 2007, o FSM voltou a ter sede única: Nairóbi, capital do Quênia.

### O que está por vir

Além de enfrentar as questões relacionadas ao desenvolvimento

sustentável e a defesa da Amazônia, esta edição do FSM vai se deparar com as discussões geradas com a crise econômica internacional. O principal espaço de articulação dos movimentos sociais tem a oportunidade de avançar no sentido de apresentar propostas concretas para a superação do atual modelo econômico.

“O FSM tem incorporado novos movimentos e novas formas de expressão das lutas, principalmente através do espaço virtual de discussões e divulgação de agendas via internet. A decisão de realizar o FSM na região Amazônica é uma demonstração de atualização com as questões mais candentes do nosso tempo. O desafio agora será dar consequência às discussões em torno da crise financeira mundial desencadeada pelos EUA”, afirma Ana Maria. O desafio posto para este FSM, segundo ela, é o de “se manter como um catalisador e reproduzidor das lutas dos movimentos sociais de todo o mundo. Continuar a ser este espaço de encontro, troca e geração de ações concretas por um outro mundo”.

## A UNE no FSM

Participante ativa desde o 1º FSM, em 2001, a UNE tem uma agenda de atividades programadas para esta 8ª edição. O Acampamento Intercontinental da Juventude – espaço criado pelas organizações jovens que participam do evento desde 2001 – ganha a cada Fórum mais destaque. Nele acontecem oficinas e debates, que em sua maioria abordam as temáticas relacionadas às políticas para a juventude, educação e temas que ressaltam a luta contra o preconceito e a discriminação. Em Belém, o Acampamento contará com participação intensa da UNE e dos estudantes brasileiros que irão aos debates do Fórum.

A UNE também foi co-organizadora, em outras edições, de palestras sobre a educação, e manterá esta marca em 2009. O próprio Fórum Mundial de Educação surgiu a partir dessas iniciativas que reuniam outros setores da sociedade internacional.

A partir de iniciativas da UNE e da Oclae, no FSM se articula o Encontro Internacional de Estudantes, que reúne entidades estudantis de toda a América Latina e de outros países do mundo. Nesta edição, o encontro terá como tema central a luta contra a mercantilização da educação.

Outra prioridade da UNE neste Fórum será o relançamento da campanha em defesa da Amazônia. Para potencializar os debates e a participação dos estudantes, a entidade está incentivando a criação de comitês locais de mobilização para o Fórum nas universidades. E, como o 8º FSM acontece poucos dias depois da 6ª Bienal da UNE, a entidade vai organizar caravanas que sairão direto de Salvador para Belém, garantindo uma grande participação estudantil no Fórum.

# Uma nova universidade para um novo Brasil

A UNE apresenta para a sociedade brasileira um anteprojeto de reforma universitária que pretende reunir a contribuição dos mais variados setores da sociedade, para aprofundar o debate sobre o caráter público da universidade, sua autonomia e seu sentido democrático.

*Por Renata Mielli*





Sinônimo de conhecimento, cultura, ascensão social, poder até – porque não, a universidade é o destino sonhado de milhões de brasileiros, não só de jovens, mas também de adultos e idosos buscando meios para estarem inseridos na sociedade contemporânea. Principalmente num Brasil que tem pouco mais que 10% de sua população com nível superior.

Instituição centenária em nosso País, a universidade brasileira sempre foi marcada por sua composição elitizada e fechada ao diálogo com a sociedade, seja como instituição pública ou privada.

Mudar essa realidade foi desde muito cedo o principal objetivo do movimento estudantil organizado. Já nos primeiros encontros promovidos pela UNE, o termo reforma universitária aparecia com peso importante e foi ganhando conteúdo com o amadurecimento da luta estudantil.

Respeitando as particularidades de cada período histórico, a luta pela Reforma Universitária desenvolvida pela UNE manteve sempre o mesmo sentido estratégico, assentado numa concepção do papel que a universidade deve desempenhar na sociedade: uma instituição que precisa ter autonomia e democracia para definir seu programa pedagógico e conduzir sua gestão interna com o intuito de cumprir seu papel de investigação cultural e científica, reflexão social e filosófica, para contribuir com o avanço da sociedade, sempre de olho nas fronteiras do conhecimento.

Contudo, tal conhecimento, por mais que possa ser ‘desinteressado’, deve estar em sintonia com o crescimento e desenvolvimento da sociedade, deve estar voltado para promover a igualdade e combater a miséria e as assimetrias regionais. Ou seja, a universidade brasileira deve ter elevado caráter público.

Esses foram os pressupostos que conduziram a campanha pela Reforma Universitária promovida pela UNE na década de 60 e são os que orientam as discussões que estão na pauta atual, desde o primeiro mandato do presidente Lula.

A presidente da UNE, Lúcia Stumpf, explica o que levou a entidade a lançar este anteprojeto. “A UNE participou ativamente do debate acerca da Reforma Universitária nos últimos períodos. Com isso, fortalecemos convicções e aprofundamos o grau de elaboração do movimento estudantil. Neste momento – em que o Brasil se prepara para uma Conferência Nacional de Educação, em que a Unesco organiza em 2010 a Conferência Mundial de Educação e já iniciando o debate acerca do novo Plano Nacional de Educação, que deve ser aprovado em 2011 –, a UNE entendeu que era oportuno atualizar e sistematizar sua elaboração em um documento que exponha ao conjunto da sociedade a educação pela qual lutamos, a educação que precisamos para um Brasil mais justo e desenvolvido”.

Para aprofundar o debate e contribuir com novas propostas, a UNE apresenta para reflexão o Anteprojeto de Reforma Universitária, que aborda questões sensíveis como a reestruturação acadêmica e pedagógica das universidades, o financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior, a democracia na gestão e no acesso, o ensino a distância, a regulamentação do ensino privado, a assistência estudantil e outros aspectos.

Este anteprojeto deverá ser aprovado no 12º Conselho Nacional de Entidades de Base da UNE que acontecerá entre os dias 17 e 20 de janeiro na cidade de Salvador.

“O Projeto de Reforma Universitária, que aprovamos em debate com os DCE’s no 56º Coneg da UNE,

deve ser uma base para as discussões. Serve para instigar as opiniões e abrir caminhos a um debate efervescente que deve ocorrer dentro das universidades. Os diversos setores da sociedade que debatem educação estão convidados a contribuir com o Projeto da UNE, e os Centros Acadêmicos estão convocados a participar do 12º Coneb, quando será aprovada a versão final do Projeto, enriquecido pelo debate ocorrido”, diz Lucia

As emendas ao anteprojeto de Reforma Universitária da UNE podem ser enviadas tanto por entidades estudantis, correntes políticas do movimento estudantil ou assinadas por um só estudante e serão publicadas no site da UNE – [www.une.org.br](http://www.une.org.br). As emendas poderão ser enviadas até o dia 15 de dezembro.

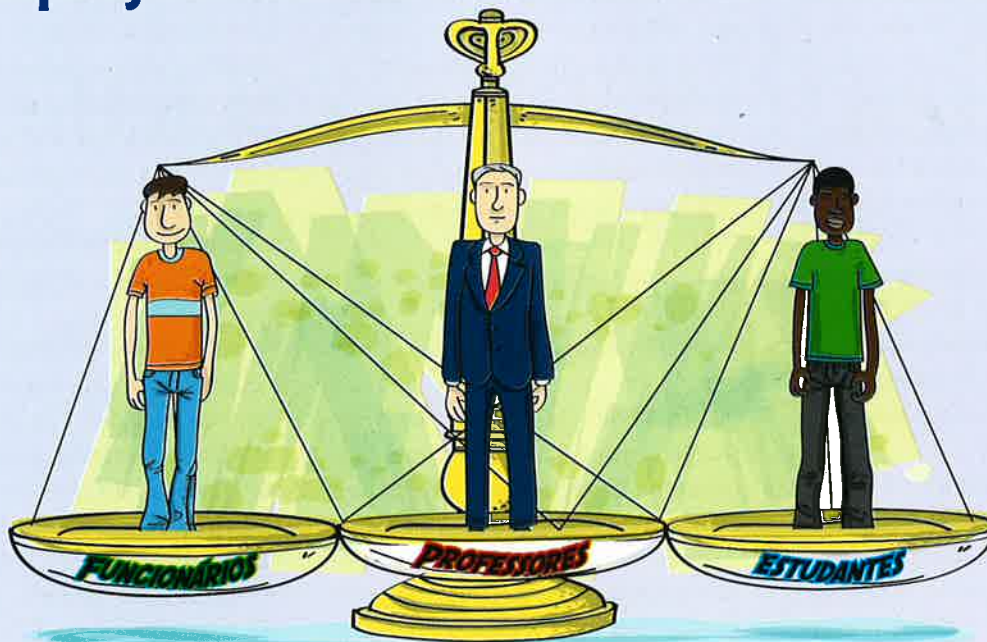
## 12º CONEB

O Conselho Nacional de Entidades de Base, Coneb, reúne representantes de Centros e Diretórios Acadêmicos de todo o País. Depois do Congresso, é o principal fórum de deliberação da UNE. Sua 12ª edição vai acontecer entre os dias 17 a 20 de janeiro, em Salvador.

Para participar com direito a voto na plenária final (delegado), é preciso ser indicado como representante de sua entidade, preencher a ata de eleição e enviar os documentos solicitados no regulamento do Coneb. Além dos delegados, o Coneb é aberto à participação de outros estudantes com direito a voz.

O credenciamento dos participantes será realizado dia 13 de dezembro, em postos da UNE alocados em cada estado. Delegados e suplentes pagam uma taxa de R\$ 40,00. Para quem vai até Salvador como observador o valor da inscrição é de R\$ 60,00. Em ambos os casos, o pagamento da inscrição assegura direito ao alojamento e a alimentação.

# Conheça as propostas que estão em debate no Anteprojeto de Reforma Universitária da UNE



## 1 Autonomia

Garantia de autonomia didática, científica, pedagógica, de gestão financeira, administrativa e patrimonial, regulamentando o artigo 207 da Constituição Federal;

Seguir o princípio da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão e garantia de liberdade de pensamento, produção e transmissão do saber;

Restrição total do capital estrangeiro nas universidades pagas;

Auditoria e regulamentação sobre as fundações privadas de apoio, tendo como consequência a sua extinção;

A garantia da autonomia universitária passa pelo fim das fundações!

## 2 Financiamento

Fim dos vetos ao PNE que destina 7% PIB para a educação com perspectiva de chegar a 10% até 2011;

Pela retirada da folha de pagamento de inativos do orçamento da educação, permanecendo como responsabilidade da União;

Pelo fim imediato da DRU na educação;

Reestruturação dos Hospitais universitários garantindo

do um maior financiamento e compartilhando sua manutenção também com o ministério da

Saúde através do financiamento do SUS;

Travar ampla discussão com os movimentos educacionais sobre a atualização das necessidades orçamentárias da educação, afixando em mecanismos mais consolidados e menos instáveis, como é o caso do PIB;

Implementação do orçamento global nas universidades.

## 3 Democracia

Eleição direta para reitor nas universidades com eleição paritária. Pelo fim da lista tripartite;

Paridade em todos os órgãos colegiados com 1/3 para cada representação: discente, docentes e técnico-administrativos;

Criação de unidades acadêmicas nas universidades privadas, que possibilite um espaço democrático entre a

comunidade acadêmica para discutir currículo, contratação e demissão de professores de acordo com o projeto pedagógico do curso e não feitos diretamente pela universidade sem critérios claros;

Livre organização estudantil e sindical com garantia de espaço para o funcionamento das entidades de participação.

Definir que as mantenedoras não poderão exceder 20% da representação total dos colegiados, independente do cargo ou atividade que exerçam na instituição.

## 4 Acesso

Buscar a expansão qualificada do sistema público de educação superior através da interiorização das universidades que já existem e criação de novas em regiões estratégicas para o desenvolvimento nacional e regional, com atenção especial ao curso noturno;

Estabelecer novas formas de acesso à universidade, sem o caráter excludente com o qual se apresenta o vestibular, que garanta o ingresso de estudantes de baixa renda e permita a universidade se comprometer mais com o sistema de educação e ajude a aferir a qualidade do ensino no nível básico, tendo como bandeira também o

fim do vestibular;

Pela implementação imediata do PL 73/99 que garante Reserva de Vagas para estudantes de escola pública, e Cotas para negros nas universidades públicas que ajude a reparar a dívida histórica do estado brasileiro com a população afro descendente.

## 5 Assistência Estudantil

Criação de um Fundo Nacional de Assistência Estudantil que represente 14% das verbas de custeio das universidades federais e verba adicional para essas políticas nas universidades pagas;

O Plano Nacional de Assistência Estudantil deverá abarcar ações que garantam desde alimentação através dos restaurantes universitários, transporte, moradia estudantil, bolsas de estudos até disponibilizar atendimento médico e psicológico, dentre outras medidas;

Criação em todas as universidades as Pró-Reitorias de Assistência estudantil, assegurando uma instância responsável por essas políticas com financiamento específico;

Criar, manter e ampliar programas que garantam a alimentação dos estudantes das públicas e pagas, através de bandejeões que permita uma vivência maior do estudante no espaço da universidade e bolsas de auxílio alimentação;

Ampliação de programas acadêmicos remu-

nerados estimulando a inserção de estudantes nas atividades de ensino-pesquisa-extensão;

Política de transporte através de passe estudantil em todo o país;

Disponibilização de equipes multidisciplinares e interdisciplinares para atendimento médico e psicológico dos estudantes;

Investimento nas bibliotecas universitárias, com ampliação de acervo, da capacidade, do horário de atendimento e da viabilização de novas técnicas de acesso à informação;

Ampliação de programas culturais, esportivos e de lazer para as comunidades internas e externas à universidade;

Desenvolver políticas e ações de inclusão digital;

Implementar políticas de acesso à línguas estrangeiras para estudantes;

Criação de programas de emprego para estudantes e recém graduados;

Garantia de mais direitos e acesso a cultura

e lazer. Pela derrubada da MP 2208 e aprovação imediata de legislação que confira aos estudantes – através de suas entidades representativas – a responsabilidade pela emissão da carteira estudantil;

Ampliação e fortalecimento da Ouvidoria da UNE para todo o país garantindo auxílio aos estudantes;

Constituição de Ouvidoria nas Universidades, com eleição direta pela comunidade, de forma a perceber as principais demandas dos estudantes;

Realizar pesquisa a cada quatro anos para identificar perfil sócio econômico e cultural dos estudantes brasileiros;

Construção de creches nas universidades;

Criar condições básicas para atender os estudantes portadores de necessidades especiais;

Realização de concurso público para técnico-administrativos como assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas e até cargos que não existem mais como cozinheiro e copeiro, para as demandas de assistência;

## 6 Regulamentação do Ensino Privado

Criação de marcos regulatórios, através da discussão da LDB e/ou outros mecanismos, que dêem maior controle por parte do Estado sobre as instituições privadas;

Contra a mercantilização e desnacionalização da educação!!! Implementação imediata de lei que restrinja a participação do capital estrangeiro nas universidades privadas;

Pela aprovação imediata do PL 6489/06 de mensalidades da UNE que regulamenta a cobrança de mensalidades.

Contra o aumento de mensalidade.

## 7 Reestruturação Acadêmica e Curricular

Fim dos departamentos nas universidades públicas. Pela constituição de estruturas acadêmicas mais amplas comportando o desenvolvimento do conhecimento interdisciplinar;

Atribuição de créditos visando a integralização curricular de atividades extra-sala-de-aula, como os estágios de vivência;

Estabelecimento de novos paradigmas e métodos de ensino, rompendo com a antiga fórmula da unilateralidade na relação professor-aluno de transmissão de conhecimento, entendendo todos os segmentos da comunidade acadêmica como iguais contribuintes no processo de construção de políticas acadêmicas e do conhecimento em aulas interativas e participativas;

Estimular e formular programas de intercâmbio em âmbito regional, nacional e internacional entre universidades, promovendo mobilidade estudantil e cooperação entre acadêmicos e pesquisadores de outras vivências;

Promover ações que permitam o desenvolvimento cultural, científico e tecnológico nas universidades.

## 8 Ensino profissional e tecnológico

Criação Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Profissional – o FUNDEP, de forma a unificar os diversos fundos e programas de financiamento da área;

Criar bolsas de pesquisa e extensão para ensino tecnológico e cefets;

## 9 Pesquisa

Ampliação e aperfeiçoamento do sistema de pós-graduação para formar recursos humanos volta dos às necessidades de desenvolvimento tecnológico do país;

Incentivo à criação de pólos regionais de alta tecnologia;

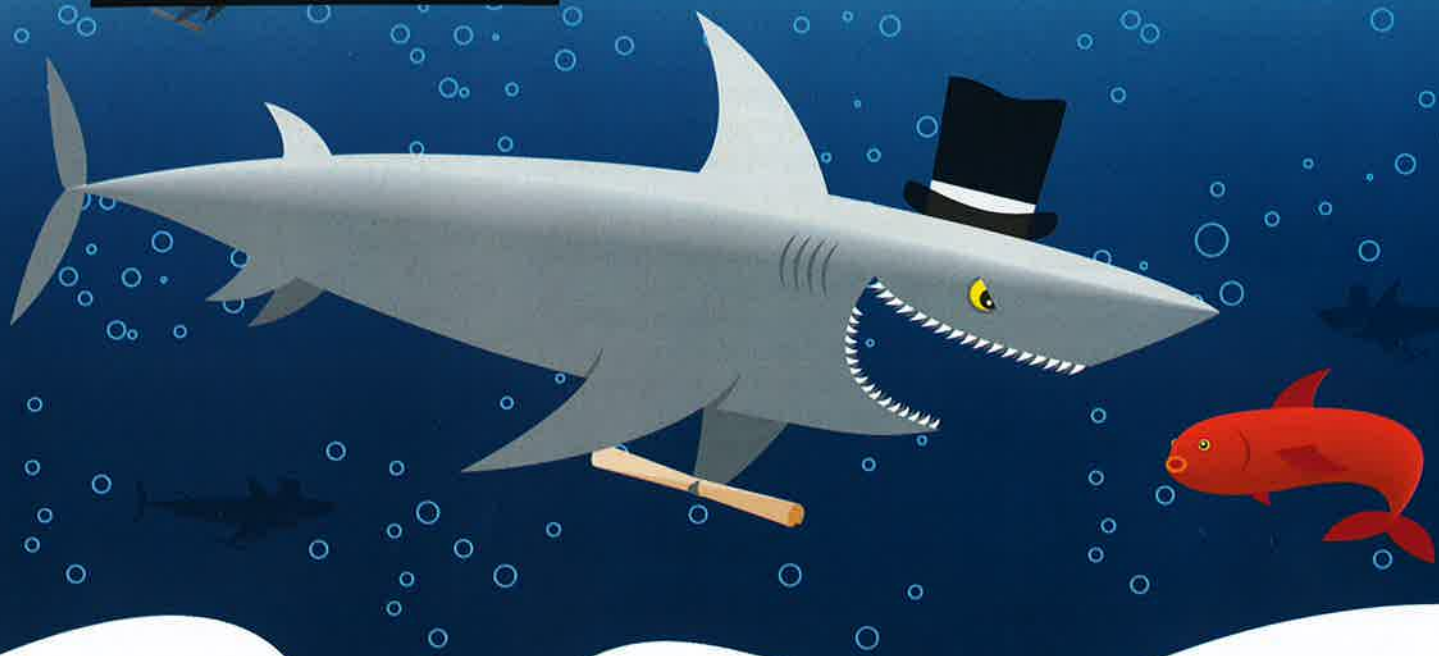
Reforço do ensino de matemática e de ciências na educação básica com ênfase nas atividades de laboratório;

Criação de instituições de pesquisa científica e tecnológica para a execução de projetos estratégicos;

## 10 Extensão

Garantia de carga horária mínima de atividades de extensão nas grades curriculares dos cursos de graduação

Garantia de recurso de financiamento a atividades de extensão em instituições federais como CAPES e CNPQ.



# Ameaça à soberania nacional

Muito tem se falado sobre a ameaça da desnacionalização da educação brasileira. Mas quais são de fato os riscos que estamos correndo, se é que estamos? Essa é a grande questão que *Movimento* tentará esclarecer aqui.

Por Daniele Moraes

A Constituição brasileira, que em 2008 completou 20 anos, estabelece em seu artigo 205 que a educação é um “direito de todos e dever do Estado”. Analisando e unindo os conceitos de direito e educação podemos chegar à seguinte idéia: a educação é uma forma de alcançar a justiça social por meio do desenvolvimento completo do ser humano – sendo isso um direito de todos e um dever do Estado. Partindo desse princípio, percebe-se com maior clareza os conflitos de interesses e de objetivos que se apresentam com a exploração comercial das atividades educacionais.

Hoje, no Brasil, a educação privada ocupa um espaço deixado pelo poder público. É nesse cenário

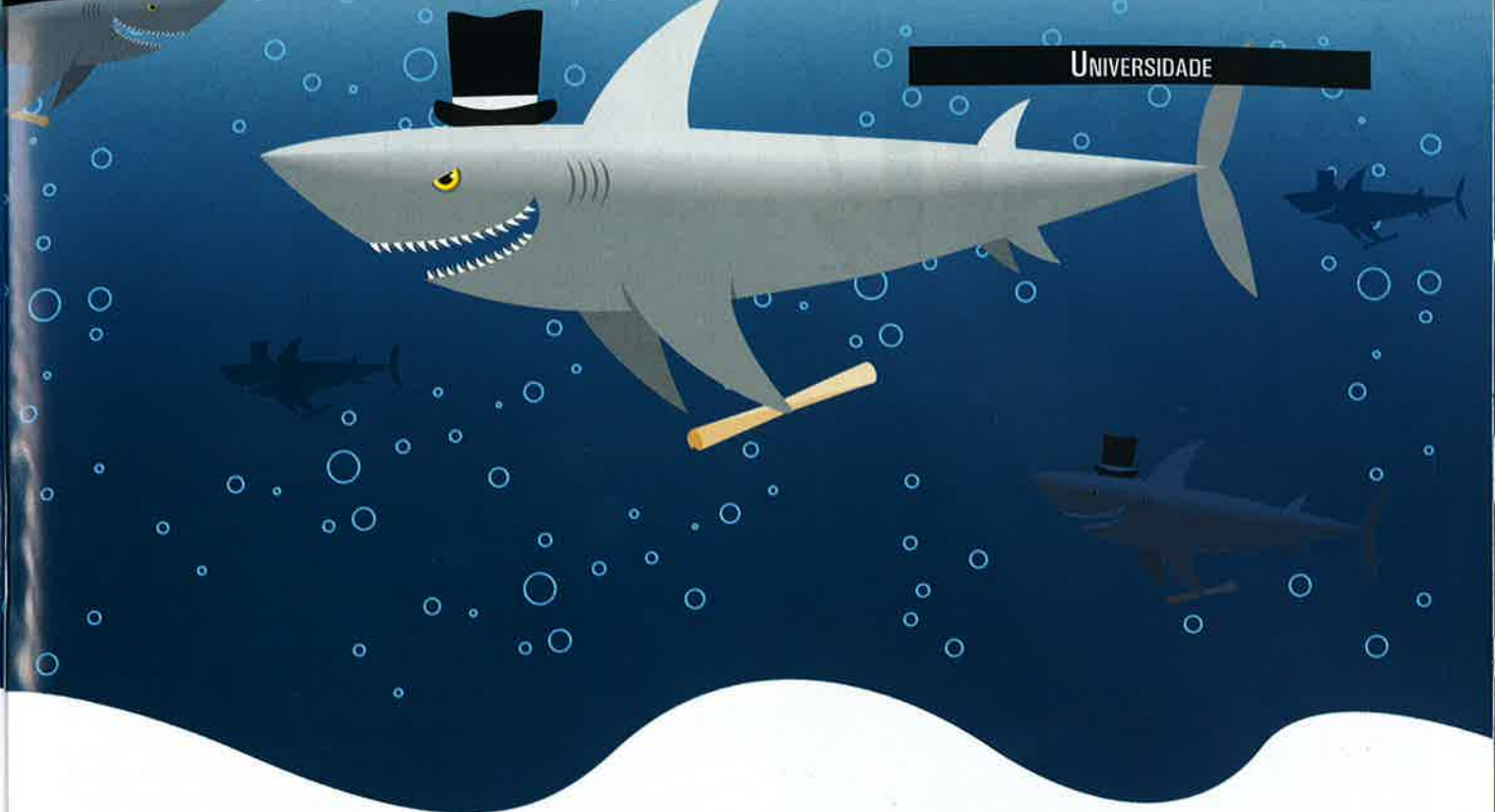
de negligência e falta de investimento que o setor empresarial de ensino cresce, com liberdade de ação e sem ser regulamentado de maneira adequada. Não existem regras e parâmetros de qualidade rígidos e nem mesmo diretrizes para o cumprimento da promoção da emancipação do cidadão, da garantia ao pleno desenvolvimento dos jovens ou referências para contribuição estratégica com o desenvolvimento nacional.

O que vemos acontecer na maioria das instituições privadas, em especial de ensino superior, é a exploração mercantil da educação. Os interesses financeiros dos donos dos estabelecimentos de ensino estão em primeiríssimo lugar. O lucro a qualquer custo supera a preocupa-

ção com um ensino de qualidade, a formação adequada, cidadã, capaz de proporcionar ao estudante novas perspectivas de vida, de conhecimento e de atuação no mercado de trabalho e na nossa sociedade.

## Importância da educação para o desenvolvimento nacional

Para compreender o impacto da desnacionalização, tem que se levar em conta a importância estratégica da educação superior para qualquer plano nacional de desenvolvimento. Afinal, é na universidade que se concentram os mais importantes estudos e as pesquisas que podem alavancar o crescimento do País, garantindo a autonomia nacional, a superação dos desafios



sociais e proporcionando em médio e longo prazos a transformação do Brasil em um país capaz de produzir conhecimento e tecnologia de ponta.

Não é possível planejar o crescimento do Brasil sem incluir a educação como fator estratégico e fundamental. Segundo o presidente do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Marcio Pochmman, que foi designado pelo presidente Lula para criar um plano de desenvolvimento nacional de longo prazo para o Brasil, a educação é parte necessária de um horizonte mais amplo de distribuição de renda, mas ele salienta que “se o País ficar prisioneiro da produção de bens primários, com baixo valor agregado, não há como deixar de gerar empregos de qualidade muito baixa. Essa desconexão pode até provocar o que alguns especialistas chamam de ‘fuga de cérebros’. É fundamental que o País tenha um planejamento de longo prazo e que estabeleça normas para o sistema educacional, com medidas a serem perseguidas por todos”, afirma.

### Porque a entrada de capital internacional na educação não é legal para o Brasil

O Brasil não dispõe de regulamentação que estabeleça critérios mínimos para garantir a qualidade da educação, que dirá ser capaz de estabelecer regras para a oferta privada, com parâmetros e objetivos que contribuam para o desenvolvimento nacional.

Além disso, as instituições que abrem suas portas aos investidores internacionais ou que recentemente abriram capital na bolsa de valores não primam por seus compromissos sociais, nem estão interessados ou se acham parte de um sistema nacional de educação. Estão interessados em lucrar, em multiplicar os investimentos e fazer render as suas ações. A qualquer custo, preço ou impacto.

Um dos pilares que garantem a qualidade da educação em uma instituição de ensino é o grau de investimento feito em pesquisa, extensão, na contratação e remuneração de professores, em infra-estrutura, entre outros. Nada disso combina com o perfil de instituição altamente

lucrativa que se multiplica pelo País, oferecendo ensino de péssima qualidade, a preço baixo.

São exatamente esses estabelecimentos de ensino que estão de portas abertas para o capital internacional. Enlouquecidos com o potencial do mercado brasileiro – que ainda tem muito para avançar, uma vez que pouco mais de 10% da população hoje tem acesso ao ensino superior – vendem a ilusão, em propagandas muito bem feitas, de que o estudante irá entrar em uma instituição de ensino internacional, capaz de abrir portas no mercado de trabalho em todo o mundo, promover intercâmbio de conhecimento e valorização do profissional ali formado.

Mas isso é uma farsa. O capital internacional que hoje é investido em instituições de ensino brasileiras é proveniente de grupos de especuladores, que assim como investem em educação, investem em calçados, produtos agrícolas e outras “commodities”. E que, portanto, se acharem que não vale mais a pena, simplesmente vendem suas ações e vão embora.



Por isso, a UNE apóia o PL 2138/03, do Deputado Federal Ivan Valente (PSOL/SP), que proíbe a entrada do capital estrangeiro na educação brasileira. Para o parlamentar, o dinheiro investido pelas instituições internacionais não traz conhecimento. “Pelo contrário, gera padronizações e diminui a qualidade”, afirmou em recente audiência pública realizada na Comissão de Educação e Cultura da Câmara. Segundo o Projeto de Valente, o capital externo somente seria aceito quando destinado à pesquisa e extensão ou como apoio a instituições educacionais comunitárias ou filantrópicas.

#### Quem são os investidores estrangeiros

Até o momento, quatro instituições de ensino superior brasileiras

abriram capital na Bolsa de Valores. São elas: Anhangüera Educacional, Estácio de Sá, Grupo COC e Grupo Pitágoras. Seus responsáveis afirmam que cerca de 80% dos recursos advindos da entrada no mercado de capitais vieram do exterior. Estes investidores não são os grandes grupos educacionais, centenários, que vêm o potencial do povo brasileiro. São especuladores internacionais que não têm nenhum vínculo, interesse

ou compromisso com a população brasileira.

Essa informação já foi confirmada até mesmo pelo ex-secretário de Ensino Superior do MEC, Ronaldo Mota, que em entrevistas recentes afirmou que o Brasil tem o maior interesse em que as melhores universidades do mundo venham para cá, mas não é isso que está ocorrendo. Segundo ele, “o grave problema hoje não é a vinda de educação internacional para o Brasil, é o capital especulativo que promete um rendimento em curto prazo. Educação é formadora de valores, de recursos humanos, tem a ver com soberania nacional. Esse capital internacional especulativo tem muito pouco de associação para educação de qualidade”.

Para Mota, qualquer pretensão de atuar no campo da educação, prometendo retornos financeiros de curto prazo aos investidores, terá

como consequência o rebaixamento de qualidade, o aviltamento do trabalho docente e massificação dos processos do conhecimento. “Vejo pouca compatibilidade em garantir a investidores e especuladores lucros de curto prazo com manter uma qualidade educacional. Como educador, vejo que o contexto pode ser preocupante”, diz.

Entretanto, o que vemos acontecer diversas vezes é o estudante iludido com a impressão positiva da educação internacionalizada. A presidente da UNE, Lucia Stumpf, acredita que é preciso que estejamos atentos para não permitir que o ensino superior se descompatibilize totalmente com as necessidades do País, formando profissionais muito mais interessados em dar respostas aos interesses de outras nações, que muitas vezes desejam manter o Brasil subjugado.

Para Lucia, é fundamental resgatar o conceito do papel do Estado como indutor e fornecedor da educação, com capacidade de direcionar o desenvolvimento do País. “O jovem que está na sala de aula precisa se indignar com o fato de sua universidade colocar ações na bolsa de valores. Hoje isso não acontece e às vezes eles acham positiva a desnacionalização, por causa da perspectiva profissional de poder atuar em qualquer parte do mundo. É necessário formar uma nova geração crítica e com capacidade de argumentar e conseguir se colocar de forma qualificada contra esse processo”, afirma.

E esta luta é grande e penosa. Afinal, os tubarões do ensino têm muita influência dentro do Congresso Nacional, com forte lobby e capacidade de disponibilizar todo o seu poderio econômico e conseqüente peso político, a fim de manter as facilita-

des e combater qualquer iniciativa de maior regulamentação por parte do poder público.

“Por isso, defendemos e sabemos da importância de uma reforma política no Brasil que aponte para o financiamento público de campanha. Só assim poderemos impedir a falta de comprometimento dos deputados e senadores com programas de partidos e de governo. É fundamental moralizar a política e o Congresso”, afirma a presidente da UNE.

### Educação é um direito, não uma atividade comercial

O avanço da desnacionalização da educação é uma forma de radicalizar os processos de mercantilização da educação. Segundo a professora Regina Vinhaes Gracindo, professora associada do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília (Unb) e membro do Conselho Nacional de Educação, os conglomerados educacionais que estão se formando hoje no Brasil não olham a educação como um direito. “Eles estão comprando a possibilidade de oferta de educação como uma mercadoria. Acrescido a isso temos também o ingresso do mercado internacional na educação superior – compra de ações de instituições brasileiras por instituições educacionais e empresariais estrangeiras. O que traz uma preocupação muito grande com a intromissão de culturas externas no desenvolvimento da educação superior. Essa idéia de transformar instituições educacionais em empresas multinacionais é um passo ainda mais avançado da mercantilização da educação”, acredita Regina.

O risco, segundo a professora, está no princípio de que educação é um veículo de construção de ideologias. “Por isso, luta-se para que a educação seja ofertada pelo Estado,

para haver garantia de um encaminhamento público da idéia de educação como um direito. É fundamental para a cidadania brasileira, para o desenvolvimento do Brasil, que a educação superior pública seja cada vez mais ampliada e reafirmada como bem público”, ressalta.

Essa é também a convicção da professora Madalena Guasco Peixoto, Coordenadora Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – CONTEE. Para ela, a

defesa da educação como um direito é fator fundamental para o desenvolvimento do Brasil. “É inaceitável a ingerência do capital internacional nos assuntos educacionais de nosso País. Conceber a educação a partir de uma estrita lógica de mercado compromete os destinos das novas e futuras gerações. O que está em jogo é o futuro do País, que necessita de um sistema de educação superior comprometido com o desenvolvimento democrático e soberano”, afirma Madalena.

## A interpretação das leis pode proteger os tubarões

Os grandes tubarões do ensino já estão mobilizados para tentar impedir e sabotar qualquer tentativa dos movimentos sociais de estabelecer regras e parâmetros racionais para barrar a voracidade pela obtenção de lucros que move as grandes empresas de ensino existentes hoje no Brasil.

Entre os argumentos levantados por eles, está a citação do artigo 209 da Constituição Federal que afirma que o ensino é livre à iniciativa privada. Eles esquecem, entretanto, que essa atividade está vinculada também ao cumprimento de normas gerais de educação e à autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Referem-se ainda a trechos de Leis, como a do código Civil, por exemplo, para afirmarem que não estão descumprindo nenhuma regra e que sua atuação é plenamente legal. Quando se vêem diante de tentativas de conter o avanço do processo de desnacionalização da educação, os tubarões recorrem ao Código Civil Brasileiro e à chamada Lei das S.A.s (Sociedades Anônimas).

Questionam juridicamente até mesmo a definição de educação como um bem público. Segundo eles, isso não está na Lei, e citam a Lei nº 9.870, de 1999, que define serviço público também como um serviço. Já no Código Civil, destacam o trecho que institui como bem público: lagos, rios, ilhas e outros bens pertencentes ao Poder Público.

Alegam até mesmo conceitos de “irretroatividade das leis”, que segundo eles remontam aos primórdios do Direito. Com isso defendem que uma nova lei não elimina os registros da lei antiga. E que, portanto, estão protegidos. Acreditam que para alterar qualquer aspecto jurídico que afronte os princípios de direitos adquiridos e coisa julgada, seria preciso revogar a lei das Sociedades Anônimas, o Código Civil, a LDB e alguma parte da Constituição.

Desta forma, vemos que enfrentar estes grandes empresários e o arsenal jurídico que defende seus interesses não é nem nunca será tarefa fácil. Por isso, estudantes, trabalhadores e a toda a sociedade brasileira precisam estar informados, preparados e atentos a cada passo, a cada nova artimanha ou tentativa de driblar conceitos primordiais que regem as nossas diretrizes Constitucionais para impedir toda e qualquer tentativa de utilizar as leis, muitas vezes mal redigidas, em benefício de interesses privados e, evidentemente, em detrimento da população brasileira, ameaçando a soberania nacional.



# Celebração da democracia

Durante ato realizado no terreno da UNE e da UBES, no Rio de Janeiro, o presidente Lula reconheceu, em nome do Estado brasileiro, a responsabilidade pela destruição da sede dos estudantes pela ditadura militar.

*Por Renata Mielli*

No dia 12 de agosto, a Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro, foi palco de uma grande celebração da democracia. Um dia de festa, confraternização e reparação histórica. Numa arena cheia de cor e luz, a UNE recebeu pela segunda

vez na sua história um presidente da República, além de dezenas de outras autoridades e personalidades.

Na atividade, Lula assinou o projeto de lei que reconhece a responsabilidade do estado brasileiro na destruição da sede da UNE e da

Ubes, incendiada na madrugada de 1º de abril de 1964 pelo golpe militar e demolida em 1980.

“A nossa história ninguém apaga, a UNE e a Ubes voltam para casa”, gritavam os estudantes enquanto Lula assinava o projeto



que será encaminhado à Câmara dos Deputados e prevê a criação de uma comissão para definir uma indenização de até R\$ 36 milhões pelo incêndio da sede onde as entidades funcionavam.

### Viva a UNE!

“Me sinto hoje mais orgulhoso de ser brasileiro porque estou dando a minha contribuição para reparar aquilo que foi feito na sede da UNE. A UNE, por tudo que ela fez neste País, por tudo o que ela significou, por tudo o que ela fez na luta pela democracia, jamais deveria ter sido destruída, mas sempre enaltecida”, afirmou o presidente da República.

Em seu discurso, Lula alertou que a assinatura do projeto é apenas a primeira etapa. “Vir aqui hoje e assinar o projeto de lei... Não pensem que as coisas estão terminadas, estão começando. Primeiro, o gesto de vir aqui reconhecer que o Estado brasileiro tem culpa pelo que aconteceu. Eu não quero culpar uma ou outra pessoa, eu quero culpar o Estado brasileiro, do qual hoje eu sou o presidente da República. Em segundo lugar, este projeto vai entrar no Congresso Nacional e é importante que a UNE e a Ubes articulem o trabalho de convencimento dos deputados e dos senadores para que a gente possa aprovar. Quando for aprovado, eu estarei aqui para que a gente possa colocar o primeiro tijolo na nova casa dos estudantes brasileiros”.

No terreno que foi reconquistado pelos estudantes, em janeiro de 2007, será construído um edifício que tem a assinatura do arquiteto Oscar Niemeyer. A sede terá 13 andares e prevê a instalação de um teatro para abrigar as produções

culturais estudantis e um museu de Memória do Movimento Estudantil. A maquete do edifício foi apresentada ao público durante o evento.

### Heróis da democracia

Referindo-se ao resgate da história da luta contra a ditadura, o presidente Lula afirmou que o Brasil precisa “fazer com que essas pessoas, que tombaram lutando por alguma coisa que acreditavam, se transformem em heróis, que sejam símbolos da nossa luta, que na sede da UNE tenha a fotografia e a história dos que morreram”.

A Comissão, que será coordenada pela Secretaria-Geral da Presidência da República e pelo Ministério da Justiça, contará também com representantes do Ministério da Educação, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, do Congresso Nacional e Ministério Público.

Para a presidente da UNE, Lucia Stumpf, o movimento estudantil vive um momento de diálogo democrático com o governo. “O respeito à soberania e à democracia demonstra amadurecimento”. Para ela, “a atitude corajosa do presidente, que tem despertado a ira dos setores conservadores da sociedade, é mais um elemento no caminho da consolidação e aprofundamento da democracia brasileira”.

Ismael Cardoso, presidente da Ubes, destacou que o ato com a presença de Lula na sede e na data em que se comemorou o Dia Nacional da Juventude foi um momento histórico. “A última visita que tivemos de um presidente da República foi feita por João Goulart, em, 1962”, destacou.

Fotos: Ricardo Stuckert/PR



Acima, Lula com estudantes na solenidade da Praia do Flamengo. Abaixo a maquete da nova sede da UNE e da Ubes, projeto do arquiteto Oscar Niemeyer





Lula assina Projeto de Lei que reconhece a responsabilidade do Estado brasileiro na destruição da sede da UNE pela ditadura militar

### Uma reparação histórica

Lula foi acompanhado do ministro interino do Esporte, Wadson Ribeiro, dos ministros José Gomes Temporão (Saúde), Fernando Haddad (Educação), Edson Santos (Igualdade Racial), Luiz Dulci, chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, do governador de São Paulo, José Serra e do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral.

Presidente da UNE em 1964, quando a sede da entidade foi incendiada, José Serra disse que a reparação à entidade é justa e afirmou que, no que depender dele, o PSDB vai se empenhar para aprovar o projeto de lei no Congresso. “Esse prédio foi vítima de um duplo ataque e o segundo foi mais abominável. O primeiro [de 1964] fez parte da briga do dia do golpe. O segundo foi uma coisa puramente ranheta e raivosa. Não havia nenhum enfrentamento. Foi só para destruir um símbolo, que não foi conseguido com a derrubada do prédio, e hoje se revigora”, salientou.

Para o ministro interino Wadson Ribeiro, que também presidiu a UNE, a reconstrução da sede do movimento estudantil é a prova viva de que os sonhos não envelhecem. “Ela consolida uma democracia plena e muito bem estruturada em nosso País”, garantiu.

Presente no ato, o senador cearense Inácio Arruda (PCdoB) ressaltou a grande contribuição da entidade para a democracia do País. “Eles destruíram o prédio, mas nunca conseguiram abalar a UNE”. Ele destacou, ainda, que entidade é a instituição brasileira que mais mobilizou a sociedade em torno do projeto de desenvolvimento nacional. Para o senador, a marca da UNE é essa luta pelas grandes aspirações do povo brasileiro, é a inquietude de fazer com que as pessoas mais simples do povo tenham também uma oportunidade.

### Meu apoio é Concreto

Para ajudar a erguer o edifício projetado por Niemeyer, a UNE está realizando a campanha **Meu apoio é Concreto**, para arrecadar contribuições. “Precisamos de parcerias para concretizar esse nosso sonho, que é fazer da sede da UNE um pólo da cultura universitária no País, uma referência física da luta em defesa da educação pública, da construção de uma universidade que promova o desenvolvimento e a superação das desigualdades, onde a memória dessa luta servirá de combustível para as próximas gerações”, disse a presidente da UNE, Lúcia Stumpf.

Durante a solenidade, foi lançada a Caravana da UNE – Saúde, Educação e Cultura (ver na página 36).

Fotos: Ricardo Stuckert/PR



Lucia Stumpf e Ismael Cardoso durante o ato

# Paridade foi um dos centros da luta estudantil em 2008

Por Renata Mielli

As jornadas de lutas da UNE e as campanhas desenvolvidas por boa parte das UEE's e DCE's pelo Brasil tiveram como reivindicação central a conquista da gestão democrática nas universidades.

A luta pela eleição direta para reitor e por paridade na composição dos colegiados das universidades e institutos rompeu os muros das instituições e tomou as ruas na forma de grandes manifestações.

Em março, o Paraná levou cerca de 3 mil estudantes às ruas pelo fim da Lista Tríplice na eleição para reitor das universidades estaduais.

O dia nacional de lutas nas instituições federais por mais transparência e democracia contou com mobilizações em todo o Brasil, no dia 17 de abril.

Atos aconteceram na Universidade Federal de Goiânia (UFG), na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) e na Universidade de Brasília (UnB), que na ocasião tinha a sua reitoria ocupada pelos estudantes que exigiam a renúncia do reitor e mais democracia na gestão da instituição.

As reivindicações dos estudantes alcançaram uma importante vitória em 16 de junho quando, por 35 votos a 27, o Conselho Universitário aprovou a paridade na eleição para reitor, ou seja, alunos, professores e servidores da Universidade de Brasília terão mesmo peso nas eleições.

Para a vice-presidente da UNE em Brasília, Claudia Maya, “a decisão sobre eleições paritárias na escolha do reitor da UnB tem um simbolismo muito grande, porque essa é uma bandeira histórica do movimento estudantil”.

“Agora pretendemos lutar para fortalecer a participação do estudante não apenas na escolha do reitor, mas no conselho universitário e em outras decisões importantes referentes às diretrizes da universidade. Este foi um primeiro passo de uma grande conquista, que devemos ampliar e servir como exemplo para que outras universidades públicas adotem a mesma postura”, completou Claudia.

Em agosto, a reitoria da UFMS foi ocupada para impedir a eleição

através de lista tríplice do novo reitor.

A reivindicação do DCE, encaminhada ao MEC, estava baseada na falta de democracia do processo. Os estudantes foram impedidos de participar da reunião do Conselho Universitário que definiu o processo eleitoral, e que manteve a eleição proporcional, onde os votos de alunos e servidores representam 15% cada, enquanto os professores têm 70% de participação. Os alunos exigiam o voto paritário, que garante igualdade no peso entre os três setores nas eleições para reitor.

Muitos outros movimentos pela paridade, por mais democracia e transparência na gestão das universidades aconteceram pelo Brasil e o intuito da UNE é estimular que muitos outros aconteçam, inclusive no contexto dos debates pela Reforma Universitária.



Foto: Ricardo Stuckert/PR



O presidente Lula e a presidente da UNE junto ao ônibus da Caravana que está percorrendo o País.

# Saúde, Educação e Cultura em toda parte

Por Renata Mielli

**A Caravana da UNE – Saúde, Educação e Cultura já percorreu mais de 20 mil km, passou por 21 estados e visitou 26 universidades pelo Brasil, discutindo Saúde, Reforma Universitária e Cultura**

Visitar cada estado brasileiro, procurando dialogar com a realidade das universidades Brasil a fora e aprofundando discussões fundamentais como a questão da saúde da juventude e a reforma universitária, este é o objetivo da Caravana da UNE - Saúde, Educação e Cultura que deu sua largada no Rio de Janeiro, no dia 12 de agosto, na UFRJ.

Para o coordenador geral da caravana da UNE, Emival Dalat, é importante tratar questões relacionadas à saúde da juventude

e fomentar a criação de políticas públicas de juventude nesta área. “Nos debates que fazemos com os estudantes fica claro a carência dos jovens em discutir, no ambiente universitário, temas importantes e polêmicos como a descriminalização das drogas, a legalização do aborto, a lei seca, a homofobia.”

O vice-presidente da UNE, Tales Cassiano, também ressaltou a importância do debate sobre os 20 anos do SUS. “Precisamos comemorar os 20 anos de criação do SUS, no marco da criação da

Constituição Cidadã, mas sem deixar de apontar a necessidade de ampliação, aperfeiçoamento e valorização desse sistema que precisa estar cada vez mais conectado com as necessidades dos jovens brasileiros.”

### Saúde na Universidade

Além dos debates e materiais informativos, a Caravana da UNE leva para dentro das Universidades que visita serviços de saúde que são oferecidos os estudantes. A campanha de vacinação pela erradicação da Rubéola ganhou reforço com a passagem da Caravana pelos estados e montou postos de vacinação dentro das Universidades. Postos volantes de doação de sangue e de cadastramento para a doação de medula óssea também acompanham o ônibus da UNE. Mas, a ação de saúde que mais se destaca ao longo da Caravana é sem dúvida o teste rápido de HIV. Feito com todo o acompanhamento médico e psicológico necessário, o teste dá o resultado em 20 minutos.

### A origem das caravanas

A experiência de levar a UNE de forma itinerante para todo o País começou na década de 60, com o projeto da UNE Volante. A idéia foi retomada em 2004, com a Caravana Cultural Paschoal Carlos Magno e em seguida com a Caravana pela Reforma Universitária.

Quatro anos depois, é a vez da Caravana da UNE - Saúde, Educação e Cultura, que passará durante os quatro meses de viagem em todos os estados brasileiros, somando um total de 41 Instituições de Ensino Superior, entre públicas e privadas.

### Fazendo arte na Caravana

O CUCA também participará e acompanhará o projeto, fazendo intervenções artístico-culturais, sempre atuando no sentido de fortalecer a rede de CUCA's pelo Brasil, bem como os Pontos de Cultura. Além de discutir a necessária valorização e democratização da produção cultural de todos os estados do Brasil.

Para isso, foram pensadas ações no sentido de identificar a produção local e construir uma rede cultural interligada nacionalmente de modo a tornar essa produção acessível a todos. Além, é claro, de propor a reflexão sobre cultura nacional, políticas públicas e a importância da cultura num projeto de país.

Acompanham a Caravana durante todo o seu percurso três projetos artísticos, o grupo de teatro de rua TÁ NA RUA, os artistas circenses Emerson de Souza Rodriguez e Luis Fernando Azevedo, além da artista plástica Floriana Breyer.

Vale lembrar que o Instituto Circuito Universitário de Cultura e Arte, o CUCA da UNE, entra no projeto como parceiro e com o objetivo de consolidar a rede de CUCA's existentes no País, incentivar a criação de centros de cultura e arte e articular e aprofundar o diálogo e a construção com os Pontos de Cultura.

Acompanhe a Caravana da UNE pelo Brasil, as últimas notícias, fotos e vídeo no Estudantenet: [www.une.org.br](http://www.une.org.br).

Ao lado, o ônibus da Caravana passa por São Paulo.

Abaixo, Debates têm o objetivo de ajudar nas formulações de políticas públicas na área de saúde, relacionadas principalmente à juventude.

Abaixo à direita, Tenda da Saúde em Minas Gerais.

Vacinação, doação de sangue e medula, teste de HIV e distribuição de preservativos.

Fotos: Arquivo Caravana UNE



# O povo brasileiro em

## Raízes do Brasil: Formação e Sentido do Povo Brasileiro



20 a 25 de Jan/09  
Salvador/Bahia

Refletir sobre a formação cultural do povo brasileiro é o desafio que está colocado para a 6ª edição da Bienal de Arte, Ciência e Cultura da UNE. “Prendemos pensar a identidade do povo, nossos traços culturais que vão além do entretenimento”, garante Luis Parras, coordenador geral do evento. “A cultura também é política. É a maneira como conduzimos um país, como tratamos nosso lixo. Esses e outros comportamentos fazem parte de nossas raízes”, conclui.

A 6ª Bienal, que acontece em Salvador, entre os dias 20 e 25 de janeiro de 2009, pretende lançar luz sobre essa questão, além de ampliar o conhecimento dos jovens a respeito da variedade artística brasileira. “O estudante que vier para a 6ª Bienal vai se deparar com um Brasil pouco conhecido. Se acha nossa cultura rica, terá a certeza que ela é uma das mais diversas do planeta”, antecipa Luis Parras.

Com o tema “Raízes do Brasil: Formação e Sentido do Povo Brasileiro”, a 6ª Bienal da UNE vai reunir trabalhos de estudantes de Norte a Sul do País. Trata-se do maior festival de arte estudantil do continente e um dos principais eventos de cultura do Brasil. A Bienal contribui para a consolidação do desenvolvimento da arte no meio estudantil e fortalece o Circuito Universitário de Cultura e Artes (CUCA) da UNE. É a oportunidade para que estudantes de todas as regiões brasileiras exibam sua arte. Universitários e, a partir desta edição do evento, também secundaristas e pós-graduandos, poderão inscrever seus trabalhos nas áreas de artes cênicas, música, literatura, ciência e tecnologia, cinema e artes visuais.

# debate na 6ª Bienal da UNE

Por Sandra Cruz

## De olho na 6ª Bienal da UNE

Os trabalhos, nas diversas categorias, podem ser inscritos até 4/12/2008, através do formulário de inscrição disponível no site da UNE ([www.une.org.br](http://www.une.org.br)). Confira a divulgação das obras selecionadas no portal da entidade, a partir de 20 de dezembro de 2008.

Acompanhe os preparativos para a Bienal da UNE acessando o blog, atualizado pelos próprios coordenadores das áreas.

Consulte <http://cucabienaldaune.blogspot.com>.

Já estão programadas 30 oficinas, 30 debates e 35 mostras, além de shows e diversas apresentações.

“A realização desta bienal é importante porque, entre seus objetivos, está o papel de disseminar o conhecimento entre jovens a respeito da formação do Brasil e das diversas culturas que a compõe”, antecipa Rafael Simões, Diretor de cultura da UNE.

Ponto alto do evento serão os debates, nos quais intelectuais, artistas e estudiosos discutirão a formação do povo brasileiro de um ponto de vista contemporâneo. A UNE entende que essa discussão é importantíssima para a construção de um projeto nacional e integração dos povos da América Latina. “Apesar de vivermos cercados por países de origem próxima à nossa, quase não temos relação com as outras culturas latino-americanas. Sabemos muito pouco sobre nossos vizinhos e isso é um equívoco, pois nossas fronteiras são impossíveis de serem ignoradas, bem como o seu povo”, comenta Luis Parras.

Para a arte não há barreiras, nem mesmo em um continente em que são falados mais de três idiomas. Em paralelo à Bienal, será realizada a I Trienal Latino Americana de estudantes, em parceria com a OCLAE – Organização Latino Americana e Caribenha de Estudantes. Haverá assim um ambiente mais amplo e melhor representativo dos anseios culturais da juventude.

## De volta a Salvador

A 6ª edição da Bienal tem clima de comemoração. Além do 10º aniversário do festival, o evento volta a Salvador, onde foi realizada a primeira edição da Bienal da UNE. Além disso, durante a 6ª Bienal, a UNE celebrará 30 anos do congresso de reconstrução da entidade, realizado nesta mesma cidade. Foi Salvador que acolheu estudantes de todo o Brasil em 1979 para a realização do primeiro congresso fora da clandestinidade na ditadura militar. A comemoração fará parte de uma série de atividades de resgate da memória do movimento estudantil que a UNE fez ao longo desta gestão que também foi marcada pelos 40 anos de 68 e pela Caravana da Anistia. “O sabor é de reconhecimento, pois nos mostra que esses esforços não foram em vão. O momento é histórico”, afirma Parra. “E a cidade reflete bem a identidade nacional”, completa.

A capital baiana vai ferver durante a 6ª Bienal da UNE. Serão realizadas inúmeras apresentações de rua, nas principais praças do centro da cidade e do bairro do Campo Grande. Os shows serão acessíveis à popula-

ção e aos turistas em locais como: Pelourinho, Teatro Castro Alves, no campus da Universidade Federal da Bahia (UFBA - unidades Canela), entre outros.

Na literatura, as discussões já começaram quentes nos bastidores. É possível acompanhar os preparativos e a escalação do time de importantes literatos por meio dos relatos de Juliana Cunha, coordenadora de literatura da Bienal, postados no blog do evento (<http://cucabienaldaune.blogspot.com/>).

## Fusão e difusão

Todos os estudantes que tiverem trabalhos selecionados e apresentados em qualquer área da 6ª Bienal receberão certificado e ainda serão premiados. As canções selecionadas na Mostra de Música serão lançadas em um CD, e um DVD coletânea vai reunir a produção da mostra de cinema e vídeo. Serão produzidos catálogos para os participantes das mostras de Artes Visuais e Cênicas e, quem se aventurar na mostras de Literatura e Ciência e Tecnologia, terá sua obra divulgada em livros.

# Um baiano universal

Por Sandra Cruz



Dizem na Bahia que existem três velocidades: lento, muito lento e Dorival Caymmi.

Dono de uma voz grave e marcante, Dorival Caymmi buscava inspiração com uma tranquilidade baiana. “Eu me sento calmamente e penso nas coisas bonitas da vida”, disse ele certa vez, deitado em uma rede, reafirmando seu jeito baiano de ser. Não é a toa que esse sossego virou folclore.

Pai de Dori, Danilo e Nana, o cantor e compositor Dorival Caymmi sempre será uma das figuras mais queridas e lembradas da Bahia. Terra de características singulares, a primeira capital do Brasil sempre esteve presente nas canções desse poeta, nascido em Salvador, no dia 30 de abril de 1914.

Curioso, descobriu cedo o talento. Neto de italianos, cujo avô veio para a Bahia trabalhar na reforma do Elevador Lacerda, Caymmi ouvia música desde sempre. O pai, funcionário público, era músico amador. Tocava violão, piano e bandolim, e sua mãe cantarolava durante as atividades domésticas. Ainda menino, foi baixo-cantante em um coro de igreja. Flertou com o jornalismo, trabalhando como auxiliar no jornal “O Imparcial”, antes de tentar a sorte como cantor de rádio.

Autodidata, compôs seu primeiro trabalho aos 16 anos, a canção “No Sertão” e aos 22 venceu um concurso de músicas para o Carnaval com o samba “A Bahia Também Dá”. Anos depois, estreou na Rádio Clube da Bahia cantando e tocando



violão. Em 1935 teve seu próprio programa: “Caymmy e suas Canções Praieiras”.

Com a experiência que adquiriu no jornalismo, em 1938, o jovem de 24 anos deixou Salvador para morar no Rio de Janeiro, onde viveu a maior parte da vida. A idéia era realizar um curso preparatório para a faculdade de Direito e tentar um emprego como jornalista.

Morando em uma pensão e trabalhando em um jornal do grupo Diários Associados, nunca deixou a música de lado. Começou a se apresentar como calouro na Rádio Tupi, e, depois de algum sucesso, passou a cantar em um dos programas populares da época, o “Dragão da Rua Larga”.

Também no Rio, conheceu uma cantora portuguesa baixinha e de voz aguda. A transformou em uma baiana internacionalmente conhecida. Compôs “O quê que a baiana tem”, canção incluída no filme “Banana da Terra” e imortalizada na voz da estrela Carmem Miranda.

Tinha paixão pelas mulheres – Rosa, Marina, Gabriela, Doralice. Mas foi Stella Maris, homônima da bela praia soteropolitana, seu grande amor, com quem viveu por 68 anos. Conheceu a cantora e futura companheira na Rádio Nacional do Rio, na mesma época em que começou a compor e apresentar várias obras-primas que tinham o mar como o protagonista: “Rainha do Mar”, “Promessa de Pescador” e “O Mar”.

Em 1939, “O Mar”, esteve na programação do espetáculo beneficente organizado pela então primeira-dama Darcy Vargas, ampliando o prestígio do artista. Dorival Caymmy fazia parte do respeitável grupo de intelectuais filiados ao PCB e chegou a musicar, em 1945, um hino para a campanha do líder comunista Luis Carlos Prestes ao senado.

### Samba, choro, bossa e homenagens

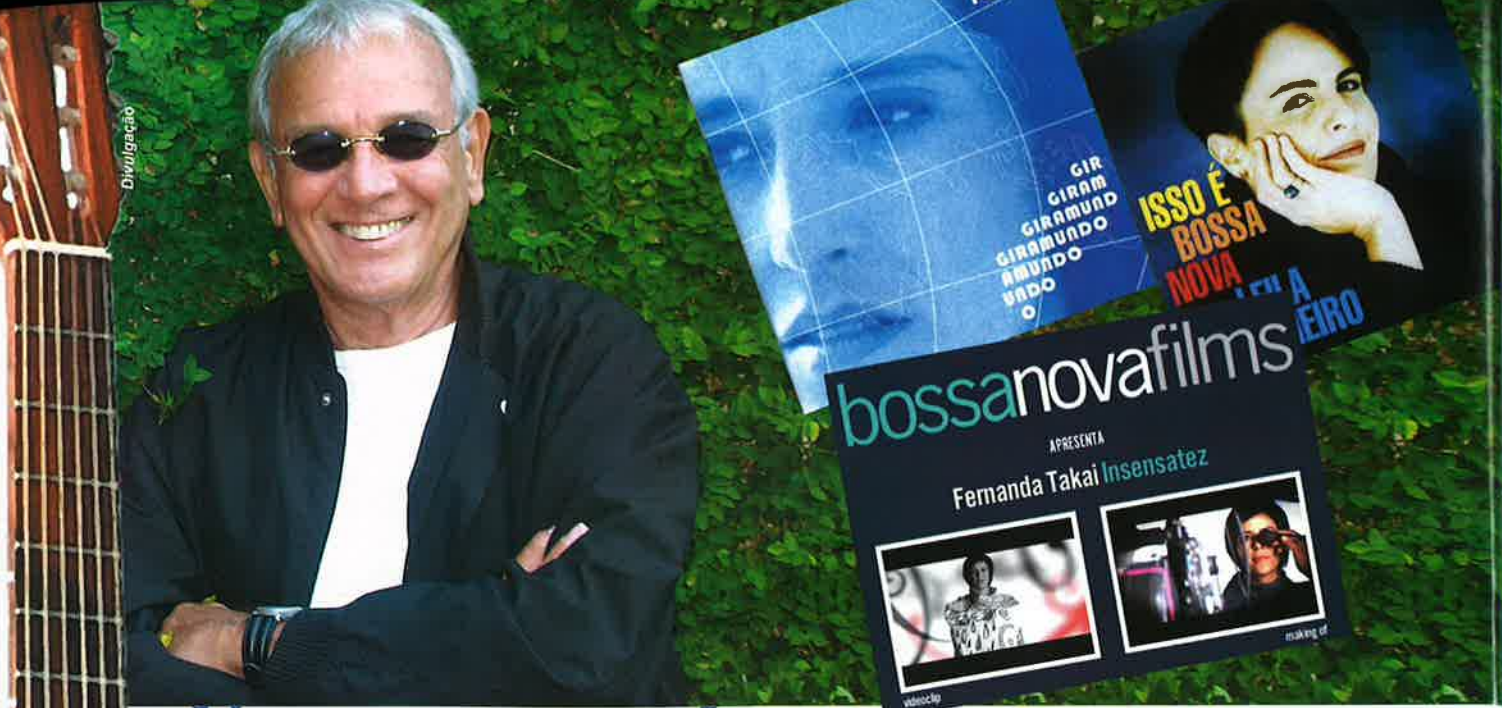
Dorival Caymmy atravessou todas as fases da música popular brasileira. Fez mais de 100 canções, que na sua maioria falam sobre o imaginário brasileiro. Cantou o Brasil através da Bahia: seu mar, seus filhos, santos e orixás. Nos anos 40 se dedicou ao samba-canção, mas a modernidade de suas composições, desde o início da carreira, foi inspiradora para a turma da Bossa Nova. Ele era um dos compositores preferidos de João Gilberto, e admirado por Tom Jobim, que reconheceu que sua obra “já usava modulações e acordes dissonantes” como os que foram empregados no novo movimento musical.

Em comemoração aos seus 70 anos, recebeu inúmeras homenagens, como a edição de um CD duplo e de um álbum de desenhos patrocinado pela Funarte (Rio de Janeiro); a outorga da comenda da “Ordre des arts et des lettres de France”; a Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho (Brasília) e o título de Doutor Honoris Causa da Universidade Federal da Bahia (Salvador). E o samba novamente lhe trouxe alegrias em 1986, quando foi homenageado pela Estação Primeira de Mangueira que levou à Marquês de Sapucaí o enredo “Caymmy Mostra ao Mundo o Que a Bahia e a Mangueira Tem”. A escola foi a grande campeã desse carnaval. Em 2006, depois de onze anos longe da terra natal, ele voltou à Bahia para receber o prêmio Jorge Amado de Literatura e Arte. Recentemente uma rua no bairro carioca do Leblon ganhou seu nome.

As composições de Caymmy ganharam interpretações dos principais artistas da MPB, mas há quem diga que ele sempre foi o melhor interprete de si mesmo. Após sete décadas compondo e cantando, esse baiano fundamental deixou o Brasil mais silencioso. Com a mesma paz e tranquilidade de uma tarde em Itapuã.

*“Samba da minha terra deixa a gente mole quando se canta todo mundo bole, Quem não gosta de samba bom sujeito não é É ruim, da cabeça ou doente do pé Eu nasci com o samba no samba me criei e do danado do samba nunca me separei”*

*Samba da Minha Terra,  
Dorival Caymmy*



# Não precisa de **Saudade**

Aos 50 anos, a Bossa Nova se mantém viva, através de seus clássicos, nos acordes dissonantes de João Gilberto e na releitura de novos artistas - que dão um toque de 3º milênio ao gênero musical que ganhou o mundo

Por **Daniele Moraes**

**A**té hoje muito já foi dito, ouvido e teorizado sobre a Bossa Nova, suas contribuições para o Brasil e sua influência na música contemporânea. Há quem diga que não se faz mais Bossa Nova no País.

Mas, recentemente, a música pop tem se aproximado da Bossa Nova, numa releitura que tem feito grande sucesso. É o caso, por exemplo, do álbum lançado pela cantora Fernanda Takai, vocalista da banda Pato Fu. Co-produzido por Nelson Motta, o disco solo de Fernanda traz releituras de grandes sucessos interpretados originalmente pela musa da Música Popular Brasileira e da Bossa Nova: Nara Leão.

Na ocasião do lançamento, Nelson Motta, responsável pela idéia original do projeto, explicou

também a razão da boa repercussão do trabalho: “o pop, o rock, o folk, o jazz, o dixieland, o baíão-techno, o soul branco de John (marido da cantora e também co-produtor do disco) e Fernanda renovam e reinventam grandes canções (...) com beats, loops, grooves, timbres, solos e arranjos do terceiro milênio. A graça e o bom gosto, a elegância e a descrição - além de um look meio oriental - unem a delicadeza e a inteligência da música de Nara e Fernanda”. A cantora, entretanto, renega o rótulo e afirma: “o meu disco não é de bossa nova. É um disco pop, com novos arranjos para canções que nem são em sua totalidade de bossa nova. Eu tenho participado de alguns shows de bossa nova, mas é diferente do meu trabalho solo”.

Rejeitando ou não suas influên-

cias, é inegável que o estilo ainda encanta e inspira músicos de todas as gerações. E quem não abandonou o gênero foi um cantor e compositor ilustre, intimamente ligado com a história cultural da União Nacional dos Estudantes. Parceiro de Ronaldo Bôscoli, em uma das canções do álbum “Chega da Saudade”, chamada “Lobo Bobo”, Carlos Lyra faz questão de desmistificar as lendas criadas em torno do gênero musical brasileiro mais conhecido e reconhecido no mundo.

Ao longo de sua trajetória, desde as primeiras parcerias com Vinícius de Moraes, Tom Jobim e outros ícones da sua geração, Lyra já demonstrava a sua força. Foi assim que se tornou um dos fundadores do Centro Popular de Cultura.

Carlos Lyra, que é autor do hino da UNE, falou com exclusividade à *Movimento*, sobre as histórias da Bossa Nova, suas perspectivas e origens, sobre a falta de investimento em educação e cultura no País e ainda contou e relembrou a criação do CPC da UNE e o encontro do Samba do morro com a turma da Bossa Nova. Comprovando que, desde lá, era a diversidade e mistura que já delineavam os traços da cultura popular brasileira.

**Em muitas entrevistas e em seu livro “Eu e a Bossa – Histórias da Bossa Nova”, você diz que a Bossa Nova não surgiu nas reuniões na casa de Nara Leão e nem mesmo durante as composições de Tom e Vinícius, quando preparavam o disco “Canção do Amor Demais”, de Elizeth Cardoso. Como e quando nasceu a Bossa Nova?**

A Bossa Nova foi um surto cultural espontâneo e não um movimento (pois não teve intenção,

manifesto ou qualquer organização), que foi crescendo e só tomou vulto no show do Carnegie Hall, em 1962. Só ali nos demos conta que tínhamos feito algo importante e que iríamos nos profissionalizar. O LP do João Gilberto, “Chega de Saudade”, lançado em março de 1959, tinha todas as manifestações e características que sintetizam a Bossa Nova: as melodias elaboradas, as harmonias sofisticadas, o ritmo sincopado do violão do João, a interpretação comportada e baixinha e as letras coloquiais que tratavam de temas que tinham a ver com a nossa (da classe média) realidade; nada de fossas, depressões, chororôs, mágoas. Neste disco fica marcada a primeira geração da Bossa Nova com os compositores: Tom, Jobim e eu, os letristas: Vinícius de Moraes e Ronaldo Bôscoli, e o intérprete: João Gilberto.

**Por que, mesmo sem intenção, ela ganhou tamanha projeção e marcou a história da música no Brasil e no mundo?**

A Bossa Nova ganhou o mundo se comunicando com as classes médias, porque nossa linguagem é a mesma. É necessário ter adquirido cultura para entender e absorver a Bossa Nova, que tem suas influências nos clássicos impressionistas como Ravel e Debussy, na música francesa, no bolero mexicano, no west-coast jazz e nos clássicos americanos como Cole Porter, Jerome Kern, entre outros. Essa é a explicação do porque ela tem tanta dificuldade de se comunicar com o próprio povo brasileiro e tanta facilidade de se comunicar com as classes médias européias, americanas e japonesas. Se você não tem bagagem cultural, não consegue apreciar muitas coisas na vida e esse é o caso do nosso povo, infelizmente.



## Como foi a experiência do show no Cornegie Hall, em Nova York? Que impacto ele causou naquele grupo de artistas brasileiros do qual você fazia parte?

A importância daquele show foi abrir a porta dos Estados Unidos para a Bossa Nova. Até aquele momento não tínhamos a mínima idéia de que estávamos fazendo algo importante, mas quando vimos grandes músicos de jazz na platéia e depois no camarim, impressionados com o que apresentamos e querendo aprender, a nossa ficha caiu. A Bossa nova, naquele momento entrava nos EUA junto com os Beatles e está lá até hoje.

## Atualmente ainda se faz Bossa Nova ou são novos estilos inspirados nela?

Na verdade, como expliquei, Bossa Nova é um conjunto de características e não uma ou outra isolada. Bossa Nova não é só sambinha. É também marcha-rancho, toada, canção, choro, maracatú e tantos outros ritmos brasileiros. O que eu faço, até hoje, é Bossa Nova e não abro exceção. Minha música se mantém com a qualidade das melodias, harmonias, letras e com a interpretação discreta. Quem segue essa receita faz Bossa Nova, onde a qualidade é imprescindível.

## É possível delinear um cenário para a criação de algo novo na música hoje?

O cenário atual não permite nada de grande vulto. Culturalmente o Brasil não nos apresenta nada de novo, artisticamente também não. Nossa educação está num nível tão baixo que mesmo os universitários não sabem escrever o português (porque tão pouco lêem) e não

têm conhecimento universal. Hoje os jovens têm muita informação, mas não têm cultura geral. Nem nos esportes nós podemos nos comparar à época da criação da Bossa Nova. Acho que “involuímos” e que ainda vai demorar um bom tempo para conseguirmos chegar ao patamar que estávamos antes da ditadura e com ela a mediocridade instalada no Brasil.

## Como foi o início de sua atuação e a criação do CPC (Centro Popular de Cultura) da UNE? Quais eram naquele momento os seus objetivos? E o que considera mais importante do que foi realizado no CPC?

Nossos objetivos na criação do CPC eram tanto dar ao povo o acesso à cultura, como trazer a cultura popular para o nosso ambiente. Era um intercâmbio com a finalidade de assimilar a música do povo de qualidade e de difundir essa música. Emprestávamos a ela a sofisticação da harmonia que nós conhecíamos e as músicas cresciam. Vale a pena dizer que nem todos os compositores precisavam dessa nossa harmonia, como Zé Keti que, apesar de não tocar qualquer instrumento, quando nos apresentava uma música nos dava todo o caminho harmônico, cantando. Ele era genial! Entre outros objetivos do CPC havia o de minimizar as injustiças culturais, porque, se a classe média brasileira estava permitindo surtos culturais de alto nível, o povo (operários e camponeses) estava, como sempre e até hoje, em estado de indigência. Sem cultura, sem saúde e sem educação. O mais importante foi termos conseguido uma conscientização política sem partidatismo e sem demagogia para a juventude e parte da sociedade.

## Como se deu a aproximação da Bossa Nova com o Samba de morro promovida no CPC naquela ocasião?

Nós estávamos produzindo um filme sobre o morro carioca e eu estava incumbido de fazer a música. Fui levado por um dos produtores até a Mangueira, onde conheci alguns compositores e dali pra frente comecei a freqüentar e também a ter minha casa freqüentada em reuniões semanais pelos maiores compositores daquela época: Zé Keti, Cartola, Nelson Cavaquinho e o novato Elton Medeiros. Dessas reuniões acabou saindo o repertório para o disco da Nara, “Diz que fui por aí”. Eu mostrei as gravações para ela dos compositores cantando e tocando, mostrei as harmonias sofisticadas que poderíamos fazer, ela levou a idéia para o Aluisio de Oliveira e o disco foi o sucesso que foi. Depois rendeu o “Opinião”, cujos ensaios eram em minha casa. A pena é que eu já estava exilado quando houve a estréia e eu não pude assistir.



# estudante

A luta do

tem endereço

# PACTO PELA JUVENTUDE

O Brasil precisa, a juventude quer!

A 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude terminou. Mas o processo de mobilização continua: no dia 12 de agosto de 2008, data em que se comemora o Dia Nacional da Juventude, foi entregue ao presidente Lula o "Pacto pela Juventude".

O Pacto é uma proposição do Conselho Nacional de Juventude aos governos (federal, estaduais e municipais), e aos candidatos a prefeito e vereador, para que se comprometam com as Políticas Públicas de Juventude, nas suas ações de governo e plataformas eleitorais, respectivamente.

## Quais são os seus objetivos?

Manter o debate em torno dos temas apresentados pela Conferência, que mobilizou mais de 400 mil pessoas em todo o Brasil, viabilizando uma ampla divulgação destas propostas e o comprometimento com parâmetros para implementação das políticas públicas de juventude.

## Como esse Pacto será estruturado?

Por meio de um conjunto de ações e compromissos que devem ser assumidos pelos gestores federais, estaduais e municipais, legisladores e candidatos às eleições de 2008.

## Como se dará a participação?

Através de eventos públicos para que os gestores possam reafirmar o compromisso com as políticas públicas de juventude. Para candidatos à Câmara de Vereadores ou Prefeituras, a adesão dar-se-á pela assinatura de um Termo de Compromisso.

## Como serão as etapas do Pacto?

**Nível federal:** Principais parceiros: Ministérios e Frente Parlamentar de Juventude.

No dia 19 de agosto de 2008, durante reunião do Conjuve, com a presença de ministros e de representantes da Câmara dos Deputados, iniciaram-se as atividades do Pacto em nível federal.

Na oportunidade foi comemorada a aprovação, pela Câmara dos Deputados, de projetos de lei de interesse da juventude, como a regulamentação do estágio, a licença maternidade e a PEC da Juventude. Por sua vez, o governo reafirmou o compromisso com o fortalecimento da política nacional de juventude e anunciou novidades na área de esporte, ciência e tecnologia, trabalho e da política sobre drogas.

**Nível estadual:** Principais parceiros: gestores de juventude, conselhos estaduais de juventude e fóruns de juventude.

Entre os dias 13 de agosto e 14 de dezembro de 2008, eventos do Pacto ocorrerão nos estados. A atividade poderá contar com a presença de governadores e/ou gestores estaduais de juventude. O evento terá como público-alvo conselheiros de juventude, integrantes das comissões organizadoras das conferências estaduais, delegados eleitos nas etapas da Conferência, movimentos juvenis e demais organizações da sociedade civil.

**Nível municipal:** Principais parceiros: conselhos municipais de juventude, juventudes partidárias e fóruns de juventude.

Nos municípios, a dinâmica será diferenciada. No primeiro e no segundo turno das eleições municipais, o foco será na adesão e no comprometimento dos candidatos ao cargo de prefeito. Esta é uma articulação suprapartidária que envolverá fundamentalmente agentes da sociedade civil e candidatos a cargos eletivos.

Realização:

Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE

Apoio:



Instituto Paulo Freire

# PACTO PELA JUVENTUDE

O Brasil precisa, a juventude quer!



**1<sup>a</sup>** CONFERÊNCIA  
NACIONAL DE  
JUVENTUDE  
MONITORAMENTO DAS DELIBERAÇÕES

# PACTO PELA JUVENTUDE: O BRASIL

Em abril de 2008, dois mil delegados e delegadas ecoaram as 400 mil vozes dos participantes do processo da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Durante oito meses, milhares de propostas foram debatidas em diferentes etapas: conferências livres, consulta aos povos e comunidades tradicionais, conferências municipais, estaduais e nacional. Em cada uma dessas etapas, foram aprovadas resoluções e prioridades, que se encontram disponíveis para o debate público e expressam as demandas e expectativas da juventude brasileira para que seus direitos sejam plenamente garantidos.

O Pacto pela Juventude é uma proposição do Conselho Nacional de Juventude aos governos (federal, estaduais e municipais) e aos candidatos a prefeito e vereador, para que se comprometam com as Políticas Públicas de Juventude nas suas ações de governo e plataformas eleitorais, respectivamente.

O desafio é traduzir as demandas identificadas nas conferências em propostas, iniciativas, programas e projetos de âmbito nacional, estadual e municipal, tendo como referência os seguintes parâmetros na implementação das políticas públicas de juventude:

**Jovens como sujeitos de direitos:** as políticas públicas de juventude se justificam e se orientam pelo atendimento às necessidades dos e das jovens, não por uma compreensão de que eles e elas são "incompletos" ou "problemáticos". Assim, estas políticas não devem ter como objetivo proteger ou controlar suas vidas. O reconhecimento de seus direitos deve estar alicerçado em uma perspectiva ampla de garantia de uma vida social plena e de promoção de sua autonomia.

**Faixa etária:** No Brasil são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos. Mas não se pode perder de vista a existência de faixas etárias intermediárias. Os desafios colocados para os jovens de 16 anos são bastante distintos dos colocados para os jovens de 24 ou 29 anos, e este fato deve se refletir nas políticas.

**A valorização da diversidade juvenil:** É preciso reconhecer que um contingente de 50,5 milhões de pessoas, entre 15 e 29 anos, num país continental como o Brasil, comporta inúmeras diferenças de condições de vida, de identidade, formas de organização e expressão. Ao invés de criar rótulos e estereótipos, devemos reconhecer e valorizar a diversidade (de gênero, raça e etnia, orientação sexual, jovens com deficiência, rurais e urbanos, opção religiosa e de comunidades tradicionais, por exemplo) como traço marcante da juventude brasileira, mas também gerar condições para a superação das desigualdades sociais e econômicas. Estas sim devem ser combatidas.

**Políticas públicas articuladas e integradas:** As políticas públicas de juventude devem ter caráter redistributivo, ou seja, devem estar orientadas para diminuir as desigualdades entre os jovens e outros segmentos etários e dos jovens entre si. Estas políticas têm que servir também para assegurar direitos, potencializar talentos e valorizar a condição juvenil, independentemente da condição social. Para isso, devem ser implementadas, simultaneamente: políticas universais que levem em conta as demandas e singularidades juvenis (como a educação pública e a saúde), políticas emergenciais (apresentando novas chances aos jovens em situação de maior vulnerabilidade social) e políticas específicas (que reconheçam e promovam o potencial e as particularidades da condição juvenil).





# PRECISA, A JUVENTUDE QUER!

**Transversalidade das políticas:** A vida cotidiana não é dividida em departamentos. Mas o Estado é. Por isso, geralmente, temas que deveriam andar juntos, acabam espalhados em Secretarias e Ministérios diferentes. Tratar as questões juvenis de modo transversal significa integrar objetivos e ações das políticas públicas. Mais do que uma pauta exclusiva dos órgãos institucionais de Juventude, os jovens devem ser tratados como um assunto estratégico por todo o governo.

**Desenvolvimento integral:** A juventude não é apenas uma passagem para o mundo adulto. Mais do que uma preparação para o futuro, a vivência juvenil é uma realidade no presente e, na contemporaneidade, combina processos formativos com processos de experimentação e construção de trajetórias nos mais diversos âmbitos. Para garantir um desenvolvimento integral, as políticas públicas devem se orientar pelo reconhecimento de que a escola, o trabalho, a cultura e as tecnologias de informação estão relacionadas, especialmente a partir das transformações sociais e dos avanços científicos dos últimos vinte anos.

**Criação de órgãos especializados em Juventude:** Fortalecer as políticas públicas de juventude implica responsabilidades diretas e específicas com a implementação de projetos e programas que levem em conta as demandas específicas da atual geração de jovens. Por isso, é indispensável a constituição de assessorias, coordenadorias ou secretarias no âmbito do Poder Executivo, com atribuições específicas na coordenação e articulação destas políticas.

**Participação e Conselhos de Juventude:** Promover o direito à participação é indispensável para o sucesso e efetividade de uma política de juventude. Ampliar os canais de diálogo com os movimentos juvenis e demais organizações da sociedade civil vinculadas ao tema, por meio do fortalecimento e criação dos Conselhos de Juventude (estaduais e municipais) e realização de Conferências é fundamental. À juventude cabe um papel ativo na formulação, monitoramento e avaliação dos projetos e programas. O sentido desta participação deve extrapolar os limites das políticas de juventude e vincular o debate em torno de um projeto de desenvolvimento local e nacional.

## PACTO PELA JUVENTUDE: EU ASSUMO ESSE COMPROMISSO!



**ACESSO À EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL  
E TECNOLÓGICA.  
ISSO PODE MUDAR  
A VIDA DE MILHÕES  
DE JOVENS  
E TRABALHADORES  
EM TODO O PAÍS.**



- **EXPANSÃO DA REDE FEDERAL** – O Governo Federal retomou os investimentos na **Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Estão sendo construídas 214 novas escolas técnicas em todo o Brasil. Em breve, o **Plano de Desenvolvimento da Educação** atingirá a meta de 354 escolas em funcionamento e 500 mil alunos estudando gratuitamente.
- **PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO** – Com investimentos de R\$900 milhões em quatro anos, o Ministério da Educação contribuirá para que, através das Redes Estaduais, 350 mil estudantes tenham acesso ao ensino médio integrado à formação profissional. Isso representa elevação de escolaridade e qualificação para o trabalho, compromisso com a educação e a inclusão social.
- **REFORMA DO SISTEMA S** – O Governo Federal celebrou acordos com a **Confederação Nacional da Indústria (CNI)** e com a **Confederação Nacional do Comércio (CNC)**, garantindo que dois terços da contribuição compulsória financiem a expansão da oferta de vagas gratuitas para os cursos técnicos e profissionalizantes do **Senai** e do **Senac**. Além disso, **Sesc** e **Sesi** investirão um terço de seus recursos em educação.
- **NOVA LEI DO ESTÁGIO** – Com a nova lei, o Governo Federal define o estágio profissional como ato educativo e determina medidas para que esta atividade contribua para familiarizar o futuro profissional com o mundo do trabalho. Dentre as medidas estabelecidas, estão: a obrigatoriedade da supervisão por parte do professor da instituição de origem do estudante com o auxílio de um profissional no local do trabalho, a extensão da possibilidade de estágio aos alunos da educação especial, a definição de jornada máxima de trabalho de quatro ou seis horas e o direito a férias, coincidentes com o período de férias escolares.

Conheça o Catálogo Nacional  
de Cursos Técnicos e Tecnológicos.  
Acesse [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)  
ou ligue 0800 616161



Ministério  
da Educação





**União Nacional  
dos Estudantes**